

## **RESUMO**

O objetivo global desta pesquisa foi contribuir com subsídios para a análise das características do trabalhador brasileiro por conta própria ou autônomo, particularmente no que se refere ao padrão de distribuição setorial, ocupacional e dos rendimentos da população ocupada, tendo em vista os novos requisitos demandados pelos atuais processos produtivos e organizacionais, dentro e fora das empresas. Estas características são retratadas pela representatividade ocupacional dos trabalhadores detalhando particularmente as diferenças segundo a segmentação setorial, nível de escolaridade, rendimentos, número de horas trabalhadas por semana e gênero, analisando as informações disponíveis para o ano de 1997.

## **PALAVRAS-CHAVE**

Trabalho; Conta Próprias; Ocupações; Emprego; Reestruturação Produtiva.

## **ABSTRACT**

The public policies established in Brazil in the eighties, in searching to adjust the serious macroeconomic unbalances, were applied in a period when world productive restructuring and globalisation were intensified. Brazilian government and enterprises seek to adapt to the new requisition of stabilization and international competitiveness, by up-dating the productive and organizational processes and by reducing costs, what resulted in the relative downfall of the salaried jobs and the increase in the proportion of self-employed workers. The research aims to contribute to the analysis of the Brazilian self-employed worker profile, in examining the composition of those workers according to qualification, school level, average earnings, working hours and gender.

## **KEY WORDS**

Labor. Self-employment; Occupations; Employment; Productive Restructuring.

## SUMÁRIO

I.	O projeto de pesquisa .....	4
	1. linha de pesquisa e enquadramento da área .....	4
	2. Formulação do problema da pesquisa .....	5
	3. Justificativa da pesquisa .....	7
	4. Objetivos da investigação .....	9
	5. Hipóteses e conceitos-chaves .....	10
	6. Aspectos metodológicos .....	13
	7. Cronograma mensal detalhado .....	14
II.	Os trabalhadores por Conta Própria no Brasil: aspectos conceituais e teóricos	15
	1. Considerações iniciais .....	15
	2. A natureza do trabalho por Conta Própria ou autônomo .....	18
	3. A condição de informalidade .....	24
III.	Características dos trabalhadores por Conta Própria no Brasil .....	32
	1. Metodologia .....	32
	1.1. Hipótese e conceitos-chaves .....	32
	1.2. Considerações sobre os dados utilizados .....	35
	1.3. Critérios tipológicos .....	38
	1.4. Indicadores de Dispersão Regional .....	39
	2. Análise dos resultados empíricos para o Brasil e regiões .....	40

---

2.1. A representatividade dos trabalhadores por Conta Própria .....	40
2.2. A distribuição setorial dos ocupados por Conta Própria .....	61
2.3. A composição por idade.....	65
2.4. O nível de escolaridade.....	70
2.5. A jornada de trabalho.....	75
2.6. O rendimento médio .....	80
IV. Considerações finais.....	89
V. Bibliografia .....	92
VI. Anexo .....	96

# PERFIL DOS TRABALHADORES POR CONTA PRÓPRIA NO BRASIL\*

Anita Kon\*

## I. O PROJETO DE PESQUISA

### 1. LINHA DE PESQUISA E ENQUADRAMENTO DA ÁREA

**Linha de pesquisa:** Normal

#### **Enquadramento da área**

A pesquisa enquadra-se nas áreas de Administração de Empresas e Administração Pública. Os estudos visaram oferecer subsídios para o entendimento sobre a natureza da oferta de trabalho no Brasil, especificamente da parcela constituída de trabalhadores não assalariados, no sentido de embasar as tomadas de decisão das empresas públicas e privadas. Com relação às empresas privadas, no que se refere primeiramente aos impactos da parcela da força de trabalho que exerce ocupações por conta própria, sobre o mercado de trabalho, através das novas relações capital-trabalho que estão se evidenciando. Em segundo lugar, para propiciar o conhecimento das novas formas de segmentações de mercado que estão surgindo a partir das transformações em curso na economia brasileira e mundial.

---

\* O NPP e a autora agradecem à aluna que participou da pesquisa que originou o presente relatório como auxiliar de pesquisas, Lígia Maria de Vasconcelos.

A pesquisa objetivou ainda fornecer elementos ao setor governamental, para fins de diagnóstico e elaboração de políticas públicas, voltadas para o planejamento das atividades relacionadas ao mercado de trabalho. Por outro lado, o produto da pesquisa, apresentado na forma de um texto a ser publicado, contribui como fonte bibliográfica para a pesquisa acadêmica, tanto de professores quanto de estudantes.

## 2. FORMULAÇÃO DO PROBLEMA DA PESQUISA

As transformações tecnológicas, em crescente intensidade e velocidade, têm levado as empresas a constantes reformulações em seus processos produtivos e sistemas organizacionais, na busca de competitividade no mercado interno e internacional. Estas reformulações se verificam também pela situação conjuntural internacional, que tem levado à necessidade da contenção de gastos, tanto por empresas privadas quanto pela área governamental. O processo de globalização econômica experimentado mundialmente, particularmente desde os anos oitenta, teve fortes impactos nas vantagens comparativas de cada país, na crescente transnacionalização de empresas, em fusões e aquisições, que resultaram em processos produtivos internacionalizados, onde etapas diferenciadas do processo se realizam em diferentes países. Estas condições levaram a um movimento de reestruturação produtiva intenso das economias. Estas mudanças requeridas pelo novo contexto sócio-econômico têm sido extremamente rápidas, abrangentes e profundas, requerendo mudanças no perfil da força de trabalho, no sentido de adaptação ao novo padrão de investimentos em novos equipamentos e novos esquemas organizacionais. As transformações estruturais ocorrentes internamente aos setores de atividades das economias, que por um lado se revestem de um caráter novo e inovador, por outro lado desempenham um papel desequilibrador em relação à criação de um volume de postos de trabalhos necessários para o crescimento e para o perfil de qualificação da força de trabalho.

As transformações estruturais ocorrentes internamente aos setores de atividades das economias, que por um lado se revestem de um caráter novo e inovador, por outro lado desempenham um papel desequilibrador em relação à criação de um volume de postos de trabalhos necessários para o crescimento e para o perfil de qualificação da força de trabalho. O limite para a ampliação dos investimentos nas atividades secundárias e conseqüente para a absorção de mão-de-obra, é dado por fatores como tamanho do mercado interno e externo, rigidez de coeficientes técnicos nas funções de produção, bem como em razão de conjunturas econômicas desfavoráveis a investimentos, como tem sido o caso brasileiro desde a década de oitenta, embora a partir do segundo quinquênio dos anos noventa se tenha observado uma lenta retomada dos investimentos produtivos. As atividades terciárias, desenvolvidas em um primeiro momento principalmente para atender a funções intermediárias complementares ao processo de industrialização e modernização agrícola, em épocas posteriores do desenvolvimento se ampliam em decorrência de ali se alocarem o capital e a mão-de-obra que não encontram oportunidades nos outros setores. Para estas atividades se dirigem principalmente os trabalhadores que — nas fases de transição da reestruturação produtiva e dos ajustamentos a condições diferenciadas de organização da produção — não encontram oportunidades como assalariados nas empresas e buscam meios de sobrevivência como trabalhadores por conta própria. Neste caso, muitas vezes tais atividades criam seu próprio mercado e esta força de trabalho concebe sua própria ocupação no contexto global do mercado, concorrendo para isto a diversidade da natureza dos serviços oferecidos, que se situam em uma gama que se estende do processo de produção mais moderno e capital intensivo, ao processo mais tradicional, cujo único fator de produção empregado é o trabalho de baixa qualificação.

Particularmente com relação ao perfil ocupacional do trabalhador brasileiro por conta própria têm sido observadas no Brasil, desde os anos oitenta, as políticas governamentais em busca da estabilização econômica têm sido determinantes adicionais da queda relativa de postos de trabalhos assalariados e elevação do trabalho por conta-própria. São observadas no país algumas transformações

consideráveis na composição e na natureza do trabalho, particularmente no que se refere às questões da participação segundo o nível de qualificação, com as conseqüentes repercussões sobre a distribuição dos rendimentos, que merecem ser examinadas com maior detalhe.

### 3. JUSTIFICATIVA DA PESQUISA

Observou-se no Brasil desde o início dos anos oitenta, o crescimento da velocidade e da intensidade das transformações produtivas — iniciadas nos países mais desenvolvidos nos finais dos anos sessenta e início dos setenta — que levaram à redução de postos de trabalho e à necessidade de readaptação da mão-de-obra a novas ocupações e funções criadas, paralelamente à constante requalificação de suas habilidades enquanto trabalhador. Neste período, como já mencionado, verificou-se que as atividades por conta própria passaram a incorporar um número crescente de ocupados, intensificadas pelas situações conjunturais de estagnação ou crise econômica, tendo em vista a capacidade da criação de ocupações autônomas ou no mercado informal da economia, em substituição às perdas de postos de trabalho assalariados. Como conseqüência são observadas transformações estruturais relevantes na distribuição ocupacional brasileira, que mudam o perfil da população ocupada ou em busca de ocupação, sendo possível inferir-se que as implicações sobre a distribuição dos rendimento da população ocupada são significativas.

A oferta de postos de trabalho no setor secundário da economia sofreu maior queda relativa, paralelamente ao aumento da população economicamente ativa resultante do aumento populacional no Brasil, particularmente nos anos noventa. As tendências da modernização, associadas à conjuntura recessiva resultante de estabilização macroeconômica, acarretaram em um desequilíbrio acentuado entre as necessidades de absorção da força de trabalho e as possibilidade de oferta de empregos. Por outro lado o ritmo da modernização econômica e da introdução de

novas funções e ocupações dentro de empresas vem se ampliando também para as ocupações autônomas, o que esbarra muitas vezes nas condições específicas de qualificação da força de trabalho, não preparada para assumir condições mais flexíveis de operacionalização ou tarefas mais sofisticadas.

Nestas condições, a capacidade de ampliação da oferta de empregos do país está diretamente relacionada à natureza da qualificação da oferta de trabalhadores e à possibilidade de requalificação de parte da força de trabalho que não se encontra preparada para assumir os novos requisitos de qualificação. Esta requalificação se verifica não apenas no âmbito dos assalariados das empresas mas também entre os ocupados que assumem situações de trabalho como conta própria.

A observação da realidade permite inferir possíveis conseqüências desta nova situação dos trabalhadores por conta própria, sobre a distribuição dos rendimentos globais no mercado de trabalho, como resultado tanto de novas ocupações que estão sendo criadas e das novas necessidades de qualificação que se apresentam aos trabalhadores nos setores em que se alocam os maiores graus de transformações, quanto das mudanças estruturais que vêm ocorrendo na distribuição do trabalho segundo a qualificação e de outras variáveis relevantes.

As repercussões das transformações produtivas e organizacionais no Brasil sobre a distribuição do trabalho por conta própria e sobre as condições de qualificação e remuneração destes ocupados, se mostraram mais intensificadas e velozes na década de noventa e são reflexo da absorção setorial e regional da mão-de-obra assalariada. No entanto, ainda não foram analisadas adequadamente as resultantes destas mudanças na distribuição dos ocupacional dos trabalhadores fora das empresas, no que se refere ao nível de qualificação, ao padrão de rendimentos, segmentação setorial e por gênero, tema que corresponde aos objetivos desta pesquisa proposta.

O estudo se justificou portanto pelo propósito de embasar as tomadas de decisão das empresas privadas no que se refere primeiramente aos impactos sobre o mercado de



trabalho, da parcela da força de trabalho que se ocupa por conta própria, através das novas relações capital-trabalho que estão se evidenciando ou mesmo das relações tradicionalmente encontradas. Além disso, a pesquisa buscou propiciar o conhecimento das novas formas de segmentações de mercado que estão surgindo a partir das transformações em curso na economia brasileira e mundial. Do ponto de vista de apoio à atividade governamental, a pesquisa teve ainda como proposta fornecer elementos para fins de diagnóstico e elaboração de políticas públicas, para o planejamento das atividades relacionadas ao mercado de trabalho.

#### 4. OBJETIVOS DA INVESTIGAÇÃO

A representatividade dos trabalhadores por conta própria em diferentes categorias de ocupações, segundo o nível de qualificação, reflete os impactos das condições de oferta e demanda por trabalho nas situações de transformações descritas anteriormente. A composição destes ocupados autônomos em categorias específicas relacionadas a níveis significativamente diversos de qualificação, em atividades que exigem (ou não) requisitos de habilidade ou outros específicos, reflete tanto as condições da empresa em oferecer postos de trabalho correspondentes a natureza da oferta do trabalho destes trabalhadores, quanto da capacidade destes de atenderem aos requisitos exigidos pelas empresas. As consideráveis transformações sócio-econômicas que vêm sendo observadas no país nos anos noventa, parecem apontar para reflexos significativos tanto sobre divisão do trabalho neste segmento de trabalhadores por conta própria segundo as categorias de ocupações, quanto no padrão de remunerações auferidas.

Nesse sentido, o objetivo global desta pesquisa foi contribuir com subsídios para a análise das características do trabalhador brasileiro por conta própria, particularmente no que se refere às mudanças no padrão de distribuição setorial e ocupacional dos rendimentos da população ocupada, tendo em vista os novos

requisitos demandados pelos atuais processos produtivos e organizacionais, dentro e fora das empresas.

Os impactos destas transformações são retratados pela representatividade ocupacional dos trabalhadores nos diversos setores e situações de trabalho, detalhando este estudo particularmente as diferenças segundo a segmentação setorial, nível de escolaridade, rendimentos, número de horas trabalhadas por semana e gênero, como já mencionado. A pesquisa proposta objetivou analisar estas transformações no período a partir do final dos anos oitenta e estas características serão avaliadas do ponto de vista nacional, setorial e regional, enfocando a ocupação fora das empresas (como autônomos ou conta-próprias).

## 5. HIPÓTESES E CONCEITOS-CHAVES

A existência de uma parcela da força de trabalho que se ocupa por conta própria, está primeiramente relacionada às hipóteses básicas de que esta condição está primeiramente ligada à natureza da oferta de trabalho, no que se refere ao “capital humano” apresentado pelos trabalhadores. Este capital humano é composto em parte pelas capacidades mentais e físicas dos trabalhadores que são inatas, porém outras são o resultado da escolaridade adquirida, treinamento no posto de trabalho e em outros cursos profissionalizantes ou de especialização. A característica comum destas capacidades são que elas mantêm ou aumentam o valor de mercado do trabalho oferecido pelas pessoas que participam na força de trabalho.

Por outro lado, outra hipótese assumida é de que não apenas as formas de ocupações exercidas mas também a estrutura salarial destes trabalhadores, ou seja, as diferenças de remunerações entre grupos ocupacionais, são freqüentemente associadas a idade, gênero, raça além do tipo de ocupação, porém também refletem as diversidades em experiência no mercado de trabalho. Além do mais, é constatado que estas diferenças resultam não apenas das características físicas e das

capacidades ou habilidades da população ocupada, mas também da demanda por trabalho apresentada pelas empresas e pelos consumidores de bens e serviços produzidos por autônomos.

Neste contexto, os fatores de oferta e demanda do mercado de trabalho, nos anos mais recentes, estiveram profundamente associados à aceleração do progresso tecnológico e da globalização econômica, que obrigou à reestruturação tecnológica e organizacional das empresas na maior parte dos países e teve repercussões consideráveis sobre a natureza dos processos produtivos, sobre a composição interna dos setores e sobre a evolução e natureza do produto, bem como pela crescente segmentação de mercados criadas a partir da diferenciação dos produtos. Esta dinâmica teve impactos transformadores sobre as condições e a natureza do trabalho, em todos os setores econômicos e em todas as categorias ocupacionais. A modernização econômica, com a introdução de novas técnicas, ao mesmo tempo que cria novas funções e ocupações, elimina uma série de ocupações e postos de trabalhos. Transformam-se também os requisitos essenciais da força de trabalho para assumir novas técnicas em um mesmo setor de atividades ou novas ocupações em setores diferenciados. A necessidade de especialização do trabalhador em tarefas repetitivas, vem sendo substituída pela necessidade de adequação a constantes mudanças tecnológicas e à possibilidade de atender a funções diferenciadas nos processos produtivos e distributivos das economias, na atualidade caracterizados pela flexibilidade na operacionalização como forma de redução de custos.

No que se refere especificamente à questão dos rendimentos, constatou-se na década de oitenta as diferenças consideráveis entre a heterogeneidade de situações de trabalho dos conta própria e entre setores, de acordo com o nível de qualificação, nível de escolaridade, horas trabalhadas e gênero. Neste último caso (gênero), a análise dos rendimentos transcende a simples influência das capacidades inatas ou adquiridas da força de trabalho, desde que na atualidade, o gênero é considerado uma categoria analítica relacional, referindo-se à organização social das relações entre os sexos (Bruschini, 1995:83). Bruschni chama a atenção para o fato de que

nas sociedades ocidentais, das quais a brasileira é um exemplo, estas relações ainda são predominantemente assimétricas e hierárquicas, e são desiguais as posições ocupadas pelos indivíduos dos dois sexos seja na esfera da produção ou das relações familiares. Especificamente no Brasil esta assimetria vem se confirmando também entre a parcela de trabalhadores por conta própria. As oportunidades de trabalho oferecidas para cada sexo, decorrem em grande parte da consideração sobre o papel da mulher na sociedade no âmbito familiar e doméstico, e sua capacidade de conjugar o trabalho profissional com o doméstico, bem como da qualificação ou capacitação (que recebe uma conotação diferenciada de escolaridade) para exercer ocupações de maior responsabilidade.

No Brasil, diante das crises sócio-econômicas conjunturais, a participação da mulher no mercado de trabalho tem aumentado como conseqüência da necessidade de complementação (ou como única fonte) da remuneração familiar. Particularmente as condições diferenciadas por gênero com relação a responsabilidades familiares e profissionais, horários de trabalhos rígidos, exigências mais estritas de qualificação em relação ao homem, entre outras, tornam patente que as oportunidades de trabalho por conta própria são mais favoráveis do que a contratação como assalariadas, pois permitem mais facilmente a articulação com as responsabilidades familiares, embora se revistam de um caráter instável e de menor remuneração. O trabalho a domicílio é uma solução freqüentemente encontrada pela mulher na sociedade contemporânea (Abreu e Sorj, 1993; Bruschini e Ridenti, 1993; Ruas, 1993). No entanto, ao contrário do trabalho domiciliar resultante da terceirização de uma série de serviços modernos mais sofisticados anteriormente alocados nas empresas, o trabalho domiciliar feminino, na maior parte dos casos tem se revestido de um caráter artesanal, baixa qualificação e baixa remuneração.

O conceito básico de distribuição ocupacional adotado neste estudo, que decorre da constatação de que esta divisão em uma sociedade apresenta padrões específicos relacionados ao nível de desenvolvimento econômico — embora venha perdendo a capacidade de mantê-los relativamente estáveis — o que determina uma estrutura

que envolve características próprias de um sistema. Neste contexto a parcela de trabalhadores por conta própria corresponde a uma componente da estrutura ocupacional global, porém que se apresenta com características de heterogeneidade em suas diversas categorias ocupacionais, que também podem ser agrupadas em uma tipologia específica que visa reunir grupos de ocupações com características selecionadas comuns (Kon, 1995).

Verifica-se ainda que a espacialidade (qualidade específica de cada espaço) deste segmento do mercado de trabalho que é interdependente do sistema global de trocas sócio-econômicas, resulta dos determinantes históricos e naturais, mas também das inter-relações dentro do macrosistema social, entre os subsistemas cultural, de participação, político e econômico.

## 6. ASPECTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa enfocou inicialmente aspectos teóricos sobre a conceituação do trabalho por conta própria e da sua relação com a informalidade econômica. Foram analisados também os fatores estruturais e conjunturais determinantes da geração de postos de trabalho nas economias mundiais e brasileira, no período a partir dos anos oitenta, que determinaram o aumento constatado de situações de trabalho por conta própria.

A análise empírica teve como fonte de informações prioritárias as Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios-PNADs de 1983, 1989 e 1997. Foi determinada uma Tipologia de Ocupações que define categorias ocupacionais, elaborada a partir dos microdados das PNADs, no sentido de examinar o perfil dos trabalhadores fora da empresa, segundo o nível de qualificação. Esta classificação agrega os ocupados nas categorias de profissionais liberais, trabalhadores em ocupações da produção direta de bens e serviços e da administração, segundo nível de qualificação (qualificados, semi-qualificados e não qualificados). Estes indicadores compararão os anos de 1989 e 1997,

visando observar as transformações particularmente na década de noventa. A análise deverá observar o país como um todo e as disparidades regionais, para as macro-regiões conforme classificação das PNADs.

## 7. CRONOGRAMA MENSAL DETALHADO

A pesquisa foi desenvolvida em seis meses, a partir da aprovação do projeto pelo NPP, percorrendo as fases abaixo discriminadas.

### **Pesquisador**

- a) Primeiro mês: levantamento bibliográfico, leitura e análise das teorias mais recentes sobre aspectos básicos a respeito do conceito de trabalhador por conta própria, informalidade, impactos estruturais e conjunturais sócio-econômicos sobre o perfil dos trabalhadores por conta-própria.
- b) Segundo mês: levantamento bibliográfico, leitura e análise sobre os trabalhos empíricos publicados sobre o tema.
- c) Terceiro mês: pesquisa, coleta e crítica e tabulação das informações estatísticas.
- d) Quarto mês: seleção e cálculo dos indicadores.
- e) Quinto mês: análise dos resultados, comparação das informações estatísticas com as idéias teóricas encontradas na literatura.
- f) Sexto mês: Conclusões das análises e redação do relatório final da pesquisa.

## **Auxiliar de Pesquisa**

- a) Primeiro mês: levantamento bibliográfico, leitura e discussões com o pesquisador sobre o tema.
- b) Segundo mês: pesquisa e coleta de informações estatísticas.
- c) Terceiro mês: pesquisa, coleta e tabulações de informações estatísticas e cálculo de indicadores selecionados.
- d) Quarto mês: tabulações de informações estatísticas e cálculo dos indicadores selecionados.
- e) Quinto mês: discussões com a pesquisadora sobre a análise dos resultados e as conclusões e auxílio na datilografia das tabelas finais.

## **II. OS TRABALHADORES POR CONTA PRÓPRIA NO BRASIL: ASPECTOS CONCEITUAIS E TEÓRICOS**

### **1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS**

As transformações tecnológicas, em crescente intensidade e velocidade, têm levado as empresas a constantes reformulações em seus processos produtivos e sistemas organizacionais, na busca de competitividade no mercado interno e internacional. Estas reformulações se verificam também pela situação conjuntural internacional, que tem levado à necessidade da contenção de gastos, tanto por empresas privadas quanto pela área governamental. O processo de globalização econômica experimentado mundialmente, particularmente desde os anos oitenta, teve fortes impactos nas vantagens comparativas de cada país, na crescente transnacionalização de empresas, em fusões e

aquisições, que resultaram em processos produtivos internacionalizados, onde etapas diferenciadas do processo se realizam em diferentes países. Estas condições levaram a um movimento de reestruturação produtiva intenso das economias. Estas mudanças requeridas pelo novo contexto sócio-econômico têm sido extremamente rápidas, abrangentes e profundas, requerendo mudanças no perfil da força de trabalho, no sentido de adaptação ao novo padrão de investimentos em novos equipamentos e novos esquemas organizacionais. As transformações estruturais ocorrentes internamente aos setores de atividades das economias, que por um lado se revestem de um caráter novo e inovador, por outro lado desempenham um papel desequilibrador em relação à criação de um volume de postos de trabalhos necessários para o crescimento e para o perfil de qualificação da força de trabalho.

As transformações estruturais ocorrentes internamente aos setores de atividades das economias, que por um lado se revestem de um caráter novo e inovador, por outro lado desempenham um papel desequilibrador em relação à criação de um volume de postos de trabalhos necessários para o crescimento e para o perfil de qualificação da força de trabalho. O limite para a ampliação dos investimentos nas atividades secundárias e conseqüente para a absorção de mão-de-obra, é dado por fatores como tamanho do mercado interno e externo, rigidez de coeficientes técnicos nas funções de produção, bem como em razão de conjunturas econômicas desfavoráveis a investimentos, como tem sido o caso brasileiro desde a década de oitenta, embora a partir do segundo quinquênio dos anos noventa se tenha observado uma lenta retomada dos investimentos produtivos. As atividades terciárias, desenvolvidas em um primeiro momento principalmente para atender a funções intermediárias complementares ao processo de industrialização e modernização agrícola, em épocas posteriores do desenvolvimento se ampliam em decorrência de ali se alocarem o capital e a mão-de-obra que não encontram oportunidades nos outros setores. Para estas atividades se dirigem principalmente os trabalhadores que — nas fases de transição da reestruturação produtiva e dos ajustamentos a condições diferenciadas de organização da produção — não encontram oportunidades como assalariados nas empresas e buscam meios de sobrevivência como trabalhadores por conta própria. Neste caso, muitas vezes tais atividades criam seu



próprio mercado e esta força de trabalho concebe sua própria ocupação no contexto global do mercado, concorrendo para isto a diversidade da natureza dos serviços oferecidos, que se situam em uma gama que se estende do processo de produção mais moderno e capital intensivo, ao processo mais tradicional, cujo único fator de produção empregado é o trabalho de baixa qualificação.

Particularmente com relação ao perfil ocupacional do trabalhador brasileiro por conta própria têm sido observadas no Brasil, desde os anos oitenta, as políticas governamentais em busca da estabilização econômica têm sido determinantes adicionais da queda relativa de postos de trabalhos assalariados e elevação do trabalho por conta-própria. São observadas no país algumas transformações consideráveis na composição e na natureza do trabalho, particularmente no que se refere às questões da participação segundo o nível de qualificação, com as conseqüentes repercussões sobre a distribuição dos rendimentos, que merecem ser examinadas com maior detalhe.

Observou-se no Brasil desde o início dos anos oitenta, o crescimento da velocidade e da intensidade das transformações produtivas — iniciadas nos países mais desenvolvidos nos finais dos anos sessenta e início dos setenta — que levaram à redução de postos de trabalho e à necessidade de readaptação da mão-de-obra a novas ocupações e funções criadas, paralelamente à constante requalificação de suas habilidades enquanto trabalhador. Neste período, verificou-se que as atividades por conta própria passaram a incorporar um número crescente de ocupados, intensificadas pelas situações conjunturais de estagnação ou crise econômica, tendo em vista a capacidade da criação de ocupações autônomas ou no mercado informal da economia, em substituição às perdas de postos de trabalho assalariados. Como conseqüência são observadas transformações estruturais relevantes na distribuição ocupacional brasileira, que mudam o perfil da população ocupada ou em busca de ocupação, sendo possível inferir-se que as implicações sobre a distribuição dos rendimento da população ocupada são significativas.

A oferta de postos de trabalho no setor secundário da economia sofreu maior queda relativa, paralelamente ao aumento da população economicamente ativa resultante do

aumento populacional no Brasil, particularmente nos anos noventa. As tendências da modernização, associadas à conjuntura recessiva resultante de estabilização macroeconômica, acarretaram em um desequilíbrio acentuado entre as necessidades de absorção da força de trabalho e as possibilidades de oferta de empregos. Por outro lado o ritmo da modernização econômica e da introdução de novas funções e ocupações dentro de empresas vem se ampliando também para as ocupações autônomas, o que esbarra muitas vezes nas condições específicas de qualificação da força de trabalho, não preparada para assumir condições mais flexíveis de operacionalização ou tarefas mais sofisticadas.

Nestas condições, a capacidade de ampliação da oferta de empregos do país está diretamente relacionada à natureza da qualificação da oferta de trabalhadores e à possibilidade de requalificação de parte da força de trabalho que não se encontra preparada para assumir os novos requisitos de qualificação. Esta requalificação se verifica não apenas no âmbito dos assalariados das empresas mas também entre os ocupados que assumem situações de trabalho como conta própria.

A observação da realidade permite inferir possíveis conseqüências desta nova situação dos trabalhadores por conta própria, sobre a distribuição dos rendimentos globais no mercado de trabalho, como resultado tanto de novas ocupações que estão sendo criadas e das novas necessidades de qualificação que se apresentam aos trabalhadores nos setores em que se alocam os maiores graus de transformações, quanto das mudanças estruturais que vêm ocorrendo na distribuição do trabalho segundo a qualificação e de outras variáveis relevantes.

As repercussões das transformações produtivas e organizacionais no Brasil sobre a distribuição do trabalho por conta própria e sobre as condições de qualificação e remuneração destes ocupados, se mostraram mais intensificadas e velozes na década de noventa e são reflexo da absorção setorial e regional da mão-de-obra assalariada. No entanto, ainda não foram analisadas adequadamente as resultantes destas mudanças na distribuição dos ocupacionais dos trabalhadores fora das empresas, no que se refere ao

nível de qualificação, ao padrão de rendimentos, segmentação setorial e por gênero, tema que corresponde aos objetivos desta pesquisa proposta.

O estudo se prendeu ao propósito de embasar as tomadas de decisão das empresas privadas no que se refere primeiramente aos impactos sobre o mercado de trabalho, da parcela da força de trabalho que se ocupa por conta própria, através das novas relações capital-trabalho que estão se evidenciando ou mesmo das relações tradicionalmente encontradas. Além disso, a pesquisa buscou propiciar o conhecimento das novas formas de segmentações de mercado que estão surgindo a partir das transformações em curso na economia brasileira e mundial. Do ponto de vista de apoio à atividade governamental, a pesquisa tem ainda como proposta fornecer elementos para fins de diagnóstico e elaboração de políticas públicas, para o planejamento das atividades relacionadas ao mercado de trabalho.

A representatividade dos trabalhadores por conta própria em diferentes categorias de ocupações, segundo o nível de qualificação, reflete os impactos das condições de oferta e demanda por trabalho nas situações de transformações descritas anteriormente. A composição destes ocupados autônomos em categorias específicas relacionadas a níveis significativamente diversos de qualificação, em atividades que exigem (ou não) requisitos de habilidade ou outros específicos, reflete tanto as condições da empresa em oferecer postos de trabalho correspondentes a natureza da oferta do trabalho destes trabalhadores, quanto da capacidade destes de atenderem aos requisitos exigidos pelas empresas. As consideráveis transformações sócio-econômicas que vêm sendo observadas no país nos anos noventa, parecem apontar para reflexos significativos tanto sobre divisão do trabalho neste segmento de trabalhadores por conta própria segundo as categorias de ocupações, quanto no padrão de remunerações auferidas.

Nesse sentido, o objetivo global desta pesquisa foi contribuir com subsídios para a análise das características do trabalhador brasileiro por conta própria, particularmente no que se refere às mudanças no padrão de distribuição setorial e ocupacional dos

rendimentos da população ocupada, tendo em vista os novos requisitos demandados pelos atuais processos produtivos e organizacionais, dentro e fora das empresas.

Os impactos destas transformações são retratados pela representatividade ocupacional dos trabalhadores nos diversos setores e situações de trabalho, detalhando este estudo particularmente as diferenças segundo a segmentação setorial, nível de escolaridade, rendimentos, número de horas trabalhadas por semana e gênero. A pesquisa proposta objetivou analisar estas transformações no período a partir do final dos anos oitenta e estas características serão avaliadas do ponto de vista nacional, setorial e regional, enfocando a ocupação de trabalhadores como autônomos ou Conta Próprias.

## 2. A NATUREZA DO TRABALHO POR CONTA PRÓPRIA OU AUTÔNOMO

O conceito do trabalhador por Conta Própria vem sendo delineado como oposição ao de empregado, tendo em vista que neste último caso o trabalhador é alocado em ocupações em empresas formal ou informalmente constituídas, ou seja do trabalho assalariado. Dessa forma, o trabalho por Conta Própria ou autônomo é definido, de uma forma generalizada, como uma situação em que o trabalhador exerce a ocupação de forma independente, controla seu processo de produção, é proprietário do capital empregado na produção e recebe uma renda (e não salário). Esta renda resulta da diferença entre gastos (com a produção e com o consumo próprio) e receitas e não é determinada anteriormente, pois depende da qualidade e quantidade do trabalho oferecido e também da demanda direta do mercado no período (Pires, 1995). As categorias específicas de trabalhadores, que apresentam estas características, incluem uma série de ocupações que podem abarcar uma gama de objetivos diferenciados que vão desde a consecução mais direta de renda para sobrevivência, até a acumulação de um excedente de capital que poderá ser reinvestido em uma escala mais ampla de produção.

Para alguns autores, o conceito generalizado de trabalhador por Conta Própria pode incluir algumas categorias de trabalhadores que possuem características diferenciadas quanto ao grau de autonomia sobre a decisão do processo de trabalho, quanto ao objetivo de geração e apropriação de um excedente de produção, quanto à propriedade dos meios de produção. Assim, alguns trabalhadores autônomos fornecem sua força de trabalho a empresas esporádica ou temporariamente, sem vínculo trabalhista legalizado, utilizando meios de produção que podem ou não ser de propriedade das empresas e submetendo-se ao processo de trabalho estipulado pela empresa. Este trabalhador autônomo é diferenciado do trabalhador assalariado sem carteira que atua na empresa sem contrato legalizado de trabalho, porém não de forma temporária.

Uma outra categoria definida na literatura e englobada na classificação de Conta Própria consiste no “auto-emprego”, que é conceituada de forma a distinguir a categoria de ocupação dependente exercida pelo empregado em uma empresa, do auto-emprego independente. Consolidando a idéia de vários estudiosos, esta distinção é retratada na idéia de que o auto-emprego tem um grau de autonomia e controle sobre seu trabalho, bem como uma independência organizacional, e exercem uma atividade dentro de um negócio integralmente ou parcialmente próprio, diferentemente do empregado assalariado. Nesse sentido, uma empresa com um único trabalhador, que é ao mesmo tempo a força de trabalho e o detentor do capital, seria o exemplo mais direto de auto-emprego (Steinmetz e Wright, 1989; Aronson, 1991; Bernhart, 1994; Bryson e White, 1997, Pamplona, 2000). O auto-emprego, nesse sentido seria seu próprio patrão e não vende sua força de trabalho no mercado de trabalho, ou ainda além, se auto-emprega como assalariado ou é o capitalista de si mesmo (Marx, 1983).

A Organização Internacional do Trabalho (OIT) define para fins estatísticos os trabalhadores independentes ou auto-empregados, como a) empregadores que são proprietários de empresas não constituídas em sociedade e nas quais eles trabalhem; b) trabalhadores autônomos; c) membros de cooperativas de produção; e d) trabalhadores familiares não remunerados (ILO, 1997). A categoria de empregadores “auto-empregados” é definida como trabalhadores que trabalham por sua conta ou com um ou

mais sócios, e contratam uma ou mais pessoas que trabalham de forma assalariada durante um certo período de referência. Os trabalhadores autônomos ou por conta própria, são os que trabalham por sua conta ou com um ou mais sócios porém não contratam empregados de maneira contínua durante o período de referência. Os ocupados como membros de cooperativas são trabalhadores que produzem bens e serviços para uma cooperativa como cooperados, participando igualmente com os outros membros das definições da organização da produção; são distintos dos trabalhadores assalariados das cooperativas. Finalmente os trabalhadores familiares auxiliares são não assalariados que se ocupam em um estabelecimento voltado para o mercado, dirigido por uma pessoa da família com a qual residem; não são considerados sócios, tendo em vista não terem o mesmo nível de dedicação e responsabilidade que o chefe do estabelecimento.

A natureza das ocupações englobadas nas categorias de trabalhadores por conta própria, varia em relação às condições de trabalho, nível de remuneração, requisitos de qualificação ou escolaridade e mesmo nível de continuidade ou estabilidade na ocupação. Podem se classificar em uma gama de ocupações artesanais como por exemplo sapateiro, costureira, carpinteiros, artistas plásticos, entre outros, passando por ocupações de serviços pessoais como manicures, massagistas, de serviços domiciliares como jardineiros, faxineiras, até ocupações mais qualificadas de profissionais liberais, como médicos, dentistas, advogados, contadores ou ainda ocupações que exigem elevada qualificação porém não exigem nível superior de escolaridade, como esportistas, técnicos em setores da química ou da física, técnicos em manutenção de aparelhos ou instrumentos, entre outros<sup>1</sup>.

Como é possível notar, algumas ocupações pedem requisitos de especialização ou experiência profissional do produtor e a posse de instrumentos de produção e destinam-se a mercado não competitivos e dessa forma, a entrada de novos produtores não é livre, como é o caso de ocupações altamente especializadas do setor de informação que utilizam informática. Uma outra série de ocupações requerem baixo nível de qualificação

---

<sup>1</sup> Para maiores detalhes veja a Tipologia de Ocupações por conta própria no Anexo.

do trabalhador, não exigem grandes investimentos de capital em instrumentos de produção e portanto há facilidade de entrada de novos produtores e neste caso a renda média é a variável de ajuste entre o tamanho de mercado e o número de pessoas ali ocupadas.

Com relação ao nível de continuidade ou estabilidade na ocupação, estes ocupados de forma autônoma pode fazer parte de categorias que compõem o que Marx denominava de “exército industrial de reserva”, ou seja, estão à espera de um trabalho assalariado permanente junto a uma empresa, participando de ocupações que podem se revestir de caráter de baixa qualificação ou não (de vendedores ambulantes a prestadores de serviços pessoais até profissionais liberais), e que trabalham de forma irregular ou eventual. Estes trabalhadores tendem a se identificarem com os trabalhadores assalariados em suas reivindicações quanto à natureza e condições do trabalho exercido.

Por outro lado, alguns ocupados por conta própria exercem atividades regulares, atuando de forma permanente ou estável no tipo de trabalho a que se dedicam. São exemplificados por comerciantes e pequenos proprietários rurais ou urbanos e profissionais liberais e tendem a gerar um nível superior de renda de usufruírem de uma condição material de vida que pode ser superior à dos assalariados nas mesmas ocupações e desta forma, seus interesses são diferenciados dos trabalhadores assalariados (Kon, 1995).

Algumas formas de trabalhadores por conta própria que derivam sua renda de uma fonte contratante, como já mencionado, como por exemplo alguns trabalhadores a domicílio, subcontratados, franqueados, ou ainda determinadas ocupações de trabalhadores a domicílio, estão numa situação intermediária em relação à autonomia, e se aproximam dos trabalhadores assalariados e muitas vezes não poderiam ser classificados como tipicamente autônomos, desde que pode até ter registro em Carteira de Trabalho, como é o caso de muitos trabalhadores em serviços domésticos remunerados.

As ocupações de serviços domésticos revelam requisitos e comportamentos próprios que impedem a agregação a outros autônomos, como por exemplo formas de remuneração em espécie, como moradia e alimentação, consideradas parte da remuneração do trabalho. Estas atividades, embora constituindo-se numa forma de absorção e manutenção de parcela considerável de pessoas, particularmente de menor nível de qualificação, na sua maior parte de mulheres, não são considerados na literatura pertinente como produzindo um serviço a ser colocado no mercado de bens e serviços, pois vendem seus serviços particularmente a unidades de consumo caracterizadas como Famílias. Assim sendo, estes trabalhadores podem ser considerados como uma categoria ocupacional separada das unidades produtoras empresariais e dos autônomos.

Outras formas de trabalho a domicílio por conta própria, que se relacionam particularmente à terceirização de ocupações de empresas, ou de subcontratação ou ainda a franquias, podem utilizar tecnologias mais avançadas, como o computador pessoal, outros instrumentos eletrônicos e ainda a comunicação via telefone (como a recente difusão do *telemarketing*), que criam condições deste tipo de trabalho e têm estimulado a ampliação destas ocupações e a inserção de um número maior de trabalhadores que não encontram possibilidade de um trabalho mais dependente e mais próxima do assalariamento. Neste caso, grande parte destes serviços são responsáveis pela elevação da participação de mulheres no mercado de trabalho e também possibilita a inclusão crescente na atualidade de estrangeiros ilegais em muitos países (Aronson, 1991; Pamplona, 2000; Lavinias et al, 2000).

As formas de trabalho a domicílio são heterogêneas, e uma pesquisa (Tate, 1996) em países avançados da Europa constata situações de trabalhadores autônomos a domicílio sem registro que produzem um componente o processo produtivo para uma pequena empresa ou para subsidiárias de grandes empresas e podem mesmo produzir o produto final. É necessário distinguir o tipo de trabalho a domicílio subordinado permanentemente a uma empresa e que é assalariado, do trabalhador por conta-própria cuja atividade não é permanentemente dependente da empresa e exerce um trabalho não assalariado. Observou-se também a relação destas ocupações com a cadeia produtiva



internacional, que pressiona algumas empresas a buscarem a competência de trabalhadores autônomos em diversas partes do mundo, em busca de melhores condições de competição internacional. De qualquer forma foi observado nestes tipos de ocupações no domicílio a característica de feminização e de baixa qualidade das condições de trabalho (Lavinás et al., 2000). A feminização se explica pela possibilidade da mulher de conciliar este tipo de ocupação com a rotina das atividades domésticas, pela independência de horário previamente estabelecido para o trabalho; nesse caso, existe um controle sobre os prazos de entrega da produção.

No Brasil, diante das crises sócio-econômicas conjunturais, a participação da mulher no mercado de trabalho tem aumentado como consequência da necessidade de complementação (ou como única fonte) da remuneração familiar. Particularmente as condições diferenciadas por gênero com relação a responsabilidades familiares e profissionais, horários de trabalhos rígidos, exigências mais estritas de qualificação em relação ao homem, entre outras, tornam patente que as oportunidades de trabalho por conta própria são mais favoráveis do que a contratação como assalariadas, pois permitem mais facilmente a articulação com as responsabilidades familiares, embora se revistam de um caráter instável e de menor remuneração. O trabalho a domicílio é uma solução freqüentemente encontrada pela mulher na sociedade contemporânea (Abreu e Sorj, 1993; Bruschini e Ridenti, 1993; Ruas, 1993). No entanto, ao contrário do trabalho domiciliar resultante da terceirização de uma série de serviços modernos mais sofisticados anteriormente alocados nas empresas, o trabalho domiciliar feminino, na maior parte dos casos tem se revestido de um caráter artesanal, baixa qualificação e baixa remuneração.

A questão da dependência na condição de trabalho do ocupado, é uma questão de grau, pois alguns trabalhadores autônomos utilizam um capital próprio revestido na matéria-prima e equipamentos, porém dependem de uma empresa compradora para a colocação de seus produtos no mercado ou para a demanda de seus serviços. Apesar disso, se caracteriza como trabalhador autônomo, independente e não inserido em uma relação salarial e usualmente opta por este tipo de situação não sendo levado a ele por imposição

externa (Prugl, 1996). Em alguns países europeus, vigora um regime jurídico que distingue as situações de trabalho considerado assalariado porém exercido a domicílio, de modo a diferenciá-lo do trabalho autônomo não assalariado. Muitos trabalhadores que se ocupavam anteriormente como assalariados em tempo integral, perdem seu emprego tornando-se trabalhadores independentes, muitas vezes contratados pelo antigo empregador, por não encontrarem outro emprego de forma assalariada permanente.

Resumindo as características básicas dos trabalhadores por conta própria, observa-se na maior parte das categorias condições de baixo nível de produtividade em comparação a empresas capitalistas, agrupando ocupações que demandam baixo nível de capitalização retratada em investimentos físicos ou humanos, onde os ocupados são patrões e empregados de si mesmos. Trabalham diretamente na produção de bens ou serviços e podem utilizar familiares ou mão-de-obra assalariada para a operacionalização de seu trabalho. Os objetivos de sua produção se prendem mais diretamente à sobrevivência ou à geração de uma renda apropriada ao consumo familiar, não sendo meta principal a obtenção de acumulação de capital, ou alta rentabilidade, embora possam ser encontradas ocupações com alta produtividade e que auferem rendas superiores às recebidas por grupos de assalariados nas mesmas funções. Suas formas de ocupações estão em constante transformação, na contingência de ajustamento às transformações das empresas capitalistas e do nível de atividade da economia; em grande parte a demanda por seus bens e serviços depende da expansão do nível de renda da massa salarial da economia como um todo.

### 3. A CONDIÇÃO DE INFORMALIDADE

O trabalho por conta própria assume essencialmente o caráter de trabalho informal, no contexto do mercado de trabalho, embora possam ser encontradas situações indefinidas de trabalhadores que se enquadrem nas categorias de trabalho formal, de acordo com as definições encontradas no âmbito teórico. A economia informal é uma noção cujas

fronteiras sociais e econômicas em constante movimento não podem ser capturadas por uma definição estrita. Diferentes conceitos ou definições de trabalho informal são adotadas nas análises econômicas, observando-se que as transformações nas definições decorrem das mudanças conjunturais e estruturais pelas quais vêm passando as economias no tempo no processo de (sub)desenvolvimento. Dessa forma, algumas características encontradas nestas definições, se adaptam de forma mais adequada a economias que se encontram em fases mais atrasadas no processo de desenvolvimento, da mesma forma que a informalidade em economias mais avançadas pode assumir conotações diversas. Não é possível mais tratar a economia informal como um eufemismo para a pobreza, desde que suas ocupações são formas específicas de relacionamento de produção, enquanto que a pobreza é uma conotação ligada ao processo distributivo. A dificuldade do conceito mais adequado reside na impossibilidade de adequar a mesma definição para diferentes situações como “flanelinhas”, vendedores ambulantes e consultores de informática.

São resumidas em seguida as principais linhas teóricas conceituais sobre o trabalho informal, no sentido de embasar a posterior análise empírica sobre as condições específicas de informalidade do trabalho por conta própria no Brasil.

A primeira conceituação sobre as características do setor informal, aceita e adotada nas análises econômicas, foi apresentada num estudo sobre emprego e renda desenvolvido em 1972 em Ghana, cujos resultados ficaram conhecidos como Relatório da Missão do Quênia, como parte do Programa Mundial do Emprego da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Até o período, predominava o enfoque “setor moderno versus setor tradicional”, numa dicotomia urbano-rural, renda do trabalho versus renda do capital, distinguindo pobres e ricos, para explicar as diferentes características do mercado de trabalho. O Relatório define a existência do setores forma e informal, tanto na área rural quanto urbana, associando ao setor formal altas rendas e ao informal baixas rendas (Singer e Jolly, 1973).

Efetivamente, o setor informal é definido pelas seguintes características: a) facilidade de entrada; b) propriedade individual ou familiar do empreendimento; c) operação em pequena escala; d) materiais nacionais utilizados; e) processos produtivos intensivos em trabalho utilizando tecnologia adaptada; f) atuam em mercados não regulamentados e altamente competitivos; g) as qualificações dos trabalhadores são adquiridas fora do sistema escolar formal (OIT, 1972: 6). Além disso foi salientada a condição de ilegalidade ou o fato da atividade não oficialmente registrada perante o governo.

São identificadas como características da sub-utilização da mão-de-obra: a) incapacidade das pessoas de encontrarem a ocupação desejada ou remuneração compatível com suas aspirações; b) baixo nível de renda, insuficiente para as necessidades básicas da família; e c) sub-utilização e baixa produtividade da força de trabalho. Esta mão-de-obra compunha a classe de trabalhadores pobres, urbana e rural, da qual a maior parte formava o setor dito informal, ou seja fora de empresas, enquanto que a outra parte englobava pequenos produtores rurais e assalariados. No entanto o Relatório dava ao setor informal um papel definido no contexto de desenvolvimento, desde que era visto como sendo em sua maior parte eficiente e lucrativo, não sendo composto por atividades marginais ou parasitárias, embora composto de trabalhadores pobres, em pequena escala e limitado por técnicas simples, pouco capital e falta de contato com o setor formal (OIT, 1972).

Uma evolução dos conceitos adotados no Relatório do Quênia, surge ainda na década de setenta, com os estudos do Programa Regional do Emprego para a América Latina e o Caribe ou PREALC, instituição da OIT. Os estudos do PREALC têm como objetivo explicar, para a América Latina, as inter-relações entre os setores forma e informal, conforme definido pelo Relatório do Quênia, no sentido de fornecer subsídios para a formulação de políticas públicas voltadas para a melhoria da produtividade e da renda dos trabalhadores do setor informal.

Dessa maneira, analisa as forças que determinam as origens da informalidade, argumentando que no período, o processo de industrialização por substituição de

importações, resultou num baixo ritmo de criação de postos de trabalho, incorporando tecnologias poupadoras de mão-de-obra. Do lado da oferta de trabalhadores o crescimento natural da força de trabalho urbana se acelerou com a vinda de trabalhadores anteriormente alocados no setor rural, seja por expulsão, ou pela busca de melhores oportunidades de emprego e renda. Como consequência, parte considerável da força de trabalho não encontra ocupações em empresas urbanas, “autocriando” ocupações de baixos níveis de produtividade que não são função do processo de acumulação do capital e depende das oportunidades que o mercado oferece para vender um bem ou serviço que gere renda (Souza e Tokman, 1976:62).

As análises do PREALC definem o setor informal como uma alternativa para o desemprego aberto, sendo determinado pelo excedente de mão-de-obra e possibilitado pela facilidade de entrada, desde que era composto basicamente por ocupações que exigiam pouco capital e pequena escala de produção, pouca organização produtiva e processos tecnológicos simples. Complementando a definição o setor informal é considerado como envolvendo empresas e pessoas de baixa produtividade e baixa renda, tendo em vista a baixa proteção oferecida pelas políticas governamentais. Estes conceitos então identificam os trabalhadores informais como “trabalhadores pobres urbanos”, assumindo uma certa heterogeneidade entre as características destes trabalhadores.

As observações sobre a inter-relação entre o setor formal e informal definem complementaridade e concorrência como características fundamentais, sendo o setor informal não completamente integrado nem completamente autônomo, porém conserva um grau significativo de relações com o resto da economia, sem perder a autonomia. A tendência visualizada é de diminuição relativa das atividades informais com o decorrer do processo de desenvolvimento, embora não desapareçam. Este conceito implica em que o setor teria possibilidade de assegurar trabalho para o excedente da mão-de-obra que desejasse ingressar no setor e a variável de ajuste seria a renda médias das pessoas ocupadas, que flutuaria “entre um nível mínimo de subsistência e o nível a que se encontre alternativas de trabalho (Souza e Tokman, 1976). A condição de ilegalidade é também observada como resultado da incapacidade dos ocupados assumirem gastos de

registro, tributos e outros custos do trabalho; por outro lado, a ilegalidade implica na falta de proteção ao trabalhador no que se refere a seguridade social, remuneração mínima, disponibilidade de crédito.

Um terceiro conceito de informalidade é definido como um conjunto de formas de produzir bens e serviços organizado pelo produtor direto, de posse de instrumentos de trabalho e com ajuda de trabalho familiar ou de alguns ajudantes. Assim, o setor informal é delimitado a partir das unidades econômicas orientadas, para o mercado, sobressaindo-se o fato de que o detentor do negócio exerce simultaneamente as funções de padrão e empregado e de não existir separação entre as atividades de gestão e de produção (Cacciamali 1983 e 2000). Esta definição aborda uma conotação diferenciada dos conceitos que visualizam o setor informal a partir de categorias de empregados sem carteira assinada, ou empresas que operam com um número pequeno de empregados ou de trabalhadores que recebem baixos rendimentos. Critica ainda a definição de setor informal como de inerente baixa produtividade e baixa renda, não sendo uma esfera produtiva auto-criada e independente da produção capitalista. Este setor é então conceituado como agregando um conjunto de formas de organização da produção e distribuição que se estabelece nos interstícios da produção capitalista de forma integrada e subordinada (Souza, 1980; Cacciamali, 1983).

Este conceito admite que fazem parte deste contexto tanto empresas capitalistas quanto trabalhadores por conta própria ou pequenos produtores com possibilidade de acumulação de capital, que depende de um mercado amplo para a introdução de empresas capitalistas, que se sentem atraídas pelo volume de negócios das atividades informais que se tornam lucrativamente atrativas. Porém o espaço das atividades informais continuaria subsistindo, desde que algumas atividades são muito pequenas e dispersas geograficamente e não interessam à atividade capitalista. Além disso são criados novos espaços com a expansão capitalista neste setor, nas esferas não apenas da produção, mas também da comercialização, reparação e outras, e nesses espaços a empresa capitalista tende a se articular mais com a pequena produção, via subcontratação (Nunura, 1992). Dessa forma a origem do setor informal não está mais na

existência de excedente de mão-de-obra, porém está no próprio processo de acumulação capitalista.

Souza (1980) define o setor informal de pequena produção não tipicamente capitalista, como composto por cinco tipos de unidades produtivas: empresas quase-capitalistas, empresas familiares ou trabalhadores autônomos (exclui profissionais liberais independentes), trabalhadores por conta própria subordinados, pequenos vendedores de serviços e serviço doméstico. No entanto, a partir dos conceitos de informalidade a partir das relações do trabalhador com os meios e instrumentos de produção, a definição fica restringida como compreendendo um conjunto de atividades que não se baseiam no trabalho assalariado para seu funcionamento, ou como salienta Cacciamali (1983:24): “...composto pelo conjunto de trabalhadores por conta própria, as unidades de produção com base no trabalho familiar, ajudantes e/ou trabalhadores que, ocasionalmente trabalham para estes grupos”.

Nesta abordagem, o setor informal não é visto como exercendo um papel de ajuste entre oferta e demanda no mercado de trabalho, tendo em vista o excedente de mão-de-obra no mercado formal, e ainda a renda média não consiste em fator de ajuste para todas as categorias, mas apenas para aquelas em que há facilidade de entrada, devido à baixos requisitos de capital e de qualificação. Para algumas categorias é observada a dificuldade de entrada de outros produtores, como já visto.

Um enfoque diferenciado sobre o setor informal é definido a partir das atividades que não legalizadas, ou que não cumprem as regulamentações ou legislações fiscais, laborais, financeiras, cambiárias ou outras definidas (Nunura, 1992). São as denominadas economias subterrâneas, invisíveis, paralelas ou negras. Portanto sob este enfoque o setor formal é composto pelas atividades plenamente legalizadas, ou seja, a ilegalidade não constitui apenas uma das características da informalidade, mas sim a característica-chave. Como definem alguns autores (Tanzi, 1982) as causas determinantes da formação e crescimento do setor informal estão na excessiva regulação do Estado, baseada em impostos, regulamentações, proibições e corrupção burocrática.

Um conceito mais atualizado de informalidade foi estabelecido a partir da 15ª Conferência de Estatísticos do Trabalho em 1993, que considera o setor como um subconjunto de empresas familiares, ou seja, empresas de propriedade e operadas por famílias ou membros de uma família, seja de forma individual ou com a parceria de outros. De forma oposta às corporações ou quase-corporações, as empresas familiares são definidas pelo *System of National Accounts* (SNA da ONU) como unidades de produção que não são constituídas como entidades legais separadas de seus proprietários e que não possuem um conjunto completo de contabilidade dos negócios, que inclui os balancetes de ativos e passivos. Dessa forma o tipo de organização legal da unidade e o tipo de contabilidade mantida são os dois critérios básicos da definição internacional de setor informal (OIT, 1993:23).

Cacciamali (2000: 6) entende que os principais elementos condicionantes da intensificação do setor informal e da configuração geral do mercado de trabalho na atualidade têm origem nos processos de reestruturação produtiva, que envolve a reorganização e relocação das atividades no espaço, bem como a reorganização técnica, estratégica, administrativa e do trabalho. Eles elementos se caracterizam pela internacionalização e expansão dos mercados financeiros, aprofundamento da internacionalização e abertura comercial das economias, e ainda desregulamentação dos mercados, que criam incertezas nos negócios, menores taxas de crescimento econômico e do emprego, que repercutem de forma diferenciada nas diversas economias desenvolvidas e em desenvolvimento, de acordo com suas características estruturais e conjunturais contemporâneas.

Neste contexto, são renovadas as relações de trabalho assalariado objetivando maior qualidade e produtividade, criando-se paralelamente formas de trabalho a domicílio, de trabalho temporário, que se utilizam de firmas locadoras de mão-de-obra ou subcontratação. Este conjunto de novas relações de trabalho criado pela estratégia de empresas oligopolistas se difunde para todo o espaço econômico, levando à reestruturação das demais firmas e gerando condições para a ampliação do trabalho por conta própria, particularmente devido a primeiramente à diminuição do trabalho



assalariado paralelamente à falta de políticas públicas compensatórias; adicionalmente surgem no setor informal oportunidades de ganhos superiores aos empregos assalariados de média e baixa qualificação; finalmente devido à dificuldade de sobrevivência por indivíduos que não logram reempregar-se ou ingressar no mercado de trabalho e podem exercer trabalhos de baixa produtividade (Cacciamali, 2000: 8).

Na atualidade, a condição de informalidade é determinada pelas transformações estruturais intensificadas e mais velozes, que se manifestam de forma diferenciada tanto em âmbito global, internacional quanto regional e que resulta em formas também diversas de inserção do trabalho. Define-se no âmbito do trabalho por conta própria ou em micro empresas, mas também são encontradas no assalariamento ilegal. Os níveis de emprego e renda destes diferentes grupos de ocupados resultam de dinâmicas diversas e portanto seu comportamento não pode ser analisado conjuntamente.

Dessa maneira, as análises mais recentes consideram o setor informal não apenas como um conjunto de atividades de sobrevivência desempenhadas por pessoas destituídas de qualificação e que se situam às margens da sociedade. Algumas pesquisas para países menos desenvolvidos e também industriais mais avançados revelam um dinamismo econômico destas atividades não reguladas porém geradoras de renda, muitas vezes, como vimos, com empreendedores com nível de renda superiores a atividades formais. Estas pesquisas encontraram uma ligação sistemática entre os setores formais e informais, e é enfatizado que a economia informal não é uma condição individual, mas sim um processo de geração de renda caracterizado por uma característica central: “é não regulada pelas instituições da sociedade, em um ambiente legal e social em que semelhantes atividades são reguladas” (Castells e Portes, 1991:12). Qualquer alteração nas fronteiras institucionais da regulamentação das atividades econômicas, produz paralelamente um realinhamento do relacionamento formal-informal. O setor informal portanto é um componente integrante do conjunto das economias e não apenas um apêndice marginal destas. De forma oposta a abordagens mais tradicionais desenvolvimentistas, as observações mais recentes revelam que a tendência do setor informal é de crescer nas economias altamente institucionalizadas às expensas dos

relacionamentos formalizados de trabalho. Portanto representa uma nova tendência social ao invés de constituir uma simples situação de atraso a partir de relacionamentos tradicionais de produção.

A elevação da informalidade gera efeitos significativos sobre a economia e a sociedade. Um impacto relevante é sobre a diminuição do poder do trabalho organizado, em esferas como a barganha econômica, organização sindical e influência política. As novas formas de trabalho que vêm surgindo fora de empresas, ou relacionada a empresas de forma não legalizada, contribuem para a reversão do modelo histórico do movimento trabalhista como uma força organizada. Outro efeito marcante é o aumento da heterogeneidade das situações de trabalho e de condições sociais que substituem as relações tradicionais, ampliando fluxos horizontais de atividades que substituem a integração vertical anteriormente estimulada nas empresas como economizadora de custos, embora muitas vezes não eliminem a relação de autoridade e submissão entre o trabalhador e a empresas, nem a situação de explorador e explorado. Os processos de organização lógica da produção e da apropriação do produto muitas vezes passam por intermediações múltiplas impedindo a comparação entre trabalhadores em uma mesma ocupação porém em situações de trabalho socialmente diferenciadas.

Esta heterogeneidade é reforçada por características específicas dos trabalhadores envolvidos, como por exemplo a condição de gênero, de trabalhador imigrante, de minoria étnica e de idade; a informalização tende a reforçar agrupamentos sociais em torno destas especificidades, segmentando o mercado para o produto gerado e os rendimentos associados. A nova tecnologia da informação que redefine os processos de trabalho, o nível de emprego e a estrutura ocupacional, reforça muitas vezes a informalização e o aumento da heterogeneidade das relações de trabalho. A eliminação de empregos, geralmente não-especializados, dentro de empresas, conduz à diversificação de atividades menos qualificadas, exercidas por estas categorias de trabalhadores (Castels e Portes, 1991; Castels, 1999).

### **III. CARACTERÍSTICAS DOS TRABALHADORES POR CONTA PRÓPRIA NO BRASIL**

#### **1. METODOLOGIA**

##### **1.1. Hipóteses e conceitos-chaves**

A existência de uma parcela da força de trabalho que se ocupa por conta própria, está primeiramente relacionada às hipóteses básicas de que esta condição está primeiramente ligada à natureza da oferta de trabalho, no que se refere ao “capital humano” apresentado pelos trabalhadores. Este capital humano é composto em parte pelas capacidades mentais e físicas dos trabalhadores que são inatas, porém outras são o resultado da escolaridade adquirida, treinamento no posto de trabalho e em outros cursos profissionalizantes ou de especialização. A característica comum destas capacidades são que elas mantêm ou aumentam o valor de mercado do trabalho oferecido pelas pessoas que participam na força de trabalho.

Por outro lado, outra hipótese assumida é de que não apenas as formas de ocupações exercidas mas também a estrutura salarial destes trabalhadores, ou seja, as diferenças de remunerações entre grupos ocupacionais, são frequentemente associadas a idade, gênero, raça além do tipo de ocupação, porém também refletem as diversidades em experiência no mercado de trabalho. Além do mais, é constatado que estas diferenças resultam não apenas das características físicas e das capacidades ou habilidades da população ocupada, mas também da demanda por trabalho apresentada pelas empresas e pelos consumidores de bens e serviços produzidos por autônomos.

Neste contexto, os fatores de oferta e demanda do mercado de trabalho, nos anos mais recentes, estiveram profundamente associados à aceleração do progresso

tecnológico e da globalização econômica, que obrigou à reestruturação tecnológica e organizacional das empresas na maior parte dos países e teve repercussões consideráveis sobre a natureza dos processos produtivos, sobre a composição interna dos setores e sobre a evolução e natureza do produto, bem como pela crescente segmentação de mercados criadas a partir da diferenciação dos produtos. Esta dinâmica teve impactos transformadores sobre as condições e a natureza do trabalho, em todos os setores econômicos e em todas as categorias ocupacionais. A modernização econômica, com a introdução de novas técnicas, ao mesmo tempo que cria novas funções e ocupações, elimina uma série de ocupações e postos de trabalhos. Transformam-se também os requisitos essenciais da força de trabalho para assumir novas técnicas em um mesmo setor de atividades ou novas ocupações em setores diferenciados. A necessidade de especialização do trabalhador em tarefas repetitivas, vem sendo substituída pela necessidade de adequação a constantes mudanças tecnológicas e à possibilidade de atender a funções diferenciadas nos processos produtivos e distributivos das economias, na atualidade caracterizados pela flexibilidade na operacionalização como forma de redução de custos.

No que se refere especificamente à questão dos rendimentos, constatou-se na década de oitenta as diferenças consideráveis entre a heterogeneidade de situações de trabalho dos conta própria e entre setores, de acordo com o nível de qualificação, nível de escolaridade, horas trabalhadas e gênero. Neste último caso (gênero), a análise dos rendimentos transcende a simples influência das capacidades inatas ou adquiridas da força de trabalho, desde que na atualidade, o gênero é considerado uma categoria analítica relacional, referindo-se à organização social das relações entre os sexos (Bruschini, 1995:83). Bruschini chama a atenção para o fato de que nas sociedades ocidentais, das quais a brasileira é um exemplo, estas relações ainda são predominantemente assimétricas e hierárquicas, e são desiguais as posições ocupadas pelos indivíduos dos dois sexos seja na esfera da produção ou das relações familiares. Especificamente no Brasil esta assimetria vem se confirmando também entre a parcela de trabalhadores por conta própria. As oportunidades de trabalho oferecidas para cada sexo, decorrem em grande parte da consideração sobre o papel

da mulher na sociedade no âmbito familiar e doméstico, e sua capacidade de conjugar o trabalho profissional com o doméstico, bem como da qualificação ou capacitação (que recebe uma conotação diferenciada de escolaridade) para exercer ocupações de maior responsabilidade.

O conceito básico de distribuição ocupacional adotado neste estudo, que decorre da constatação de que esta divisão em uma sociedade apresenta padrões específicos relacionados ao nível de desenvolvimento econômico — embora venha perdendo a capacidade de mantê-los relativamente estáveis — o que determina uma estrutura que envolve características próprias de um sistema. Neste contexto a parcela de trabalhadores por conta própria corresponde a uma componente da estrutura ocupacional global, porém que se apresenta com características de heterogeneidade em suas diversas categorias ocupacionais, que também podem ser agrupadas em uma tipologia específica que visa reunir grupos de ocupações com características selecionadas comuns (Kon, 1995).

Verifica-se ainda que a espacialidade (qualidade específica de cada espaço) deste segmento do mercado de trabalho que é interdependente do sistema global de trocas sócio-econômicas, resulta dos determinantes históricos e naturais, mas também das inter-relações dentro do macrosistema social, entre os subsistemas cultural, de participação, político e econômico.

## **1.2. Considerações sobre os dados utilizados**

O exame mais detalhado em "cross section" da distribuição da população trabalhadora em ocupações agrupadas de forma a detectar estes padrões característicos, visa neste trabalho observar a representatividade dos trabalhadores ocupados como autônomos, agrupados de acordo com grupos ocupacionais diferenciados segundo critérios que definiram uma Tipologia de Ocupações, de

modo a possibilitar a análise do perfil destes trabalhadores por conta própria, segundo níveis de qualificação específicos.

Entre as variáveis disponíveis para análise na fonte de informações, foram selecionadas as que representavam alguns aspectos considerados mais relevantes para a definição dos aspectos estruturais da distribuição da mão-de-obra, considerando-se por um lado as condições de oferta de trabalho, tendo em vista escolaridade e a distribuição da população por sexo e por outro lado observando-se as condições de demanda do sistema econômico, como a segmentação setorial e o número de horas trabalhadas por semana. Estas condições se refletem não apenas na hierarquização dentro das empresas, mas também na divisão do trabalho entre empresas e autônomos, na situação dos trabalhadores com relação à proteção por meio de um contrato de trabalho com vínculo empregatício legalizado ou não, e ainda no que se refere à intensidade da jornada de trabalho e à remuneração média por horas trabalhadas.

A análise em seção transversal ("cross section") foi efetuada, com base na agregação das informações de acordo com uma Tipologia de Ocupações, a partir da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios-PNAD da FIBGE para vários anos, no sentido de comparar as transformações ocorrentes no perfil dos trabalhadores por conta Própria. Para o ano de 1997, foram feitas algumas desagregações adicionais nas categorias ocupacionais, no sentido de maior detalhamento do perfil destes ocupados.

Devem ser feitas algumas considerações a respeito da disponibilidade das informações, que em muitos momentos conduziram e limitaram a possibilidade de análise mais detalhada. Salienta-se primeiramente que as PNADs, não pesquisam a área rural da região Norte e portanto para o país como um todo e para esta região, parte dos ocupados nas atividades agropecuárias não são contabilizados, sendo representados apenas os que se situam em zona urbana. Os trabalhadores da zona rural do Norte compreendiam cerca de 44% da região e 1,8% do país, de acordo com

o Censo Demográfico de 1980 e de acordo com a Contagem da População em 1996 as estimativas apresentam respectivamente 49,5% e 2,2%, o que altera ligeiramente o resultado das análises para o Brasil como um todo. Dessa forma, as observações regionais efetuadas com base nas PNADs devem levar em conta esta carência de informações do setor Primário nortista.

As ocupações englobadas no grupo "Contra Própria" pela FIBGE, foram conceituadas como formas de organização de produção em que o produtor é possuidor dos instrumentos de trabalho e vende seus serviços ou mercadorias diretamente ao consumidor, com práticas de trabalho individualistas, incluindo portanto os trabalhadores da produção para consumo próprio e da construção para uso próprio, categorias estas que são apresentadas separadamente em algumas informações. Dentro da conceituação dos autônomos, considerou-se que merecem classificação separada os Profissionais Liberais, que apresentam características específicas de qualificação, rendimentos e outras e se compõem de ocupados Qualificados com nível superior de escolaridade. Em seguida as ocupações relacionadas aos demais trabalhadores autônomos, são também observadas de forma desagregada por nível de qualificação conforme discriminado posteriormente na Tipologia de Ocupações.

As ocupações relacionadas aos serviços domésticos remunerados, no Brasil revelam requisitos e comportamentos próprios que impedem a agregação a outros autônomos, como por exemplo a natureza de assalariamento e a possibilidade de Carteira de Trabalho assinada, bem como as formas de remuneração em espécie, como moradia e alimentação, que não são declaradas pelas pessoas pesquisadas para efeito de remuneração do trabalho. Estas atividades, embora constituindo-se numa forma de absorção e manutenção de parcela considerável de pessoas, particularmente de menor nível de qualificação, na sua maior parte de mulheres, não são considerados na literatura pertinente como produzindo um serviço a ser colocado no mercado de bens e serviços, pois vendem seus serviços particularmente a unidades de consumo caracterizadas como Famílias. Assim sendo, estes

trabalhadores não são aqui considerados como uma categoria ocupacional pertencente a trabalhadores por Conta Própria.

Uma outra dificuldade encontrada nas comparações intertemporais se verificou pelo fato de que a PNAD sofreu algumas alterações em seus códigos ocupacionais na década de noventa, e as agregações de ocupações realizadas particularmente para o ano de 1997, tiveram que sofrer algumas adaptações de modo a se compatibilizarem com as PNADs anteriores de 1983 e 1989 utilizadas para a análise. Melhor esclarecendo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios- PNAD não sofreu alterações nas características do levantamento básico na década de oitenta.

No entanto, de acordo com informação do IBGE, a partir da PNAD de 1992, para captar determinados grupos de pessoas envolvidas em atividade econômica que anteriormente não eram incluídas na população ocupada o conceito de trabalho tornou-se mais abrangente. A comparação da PNAD a partir de 1992 com os dados anteriores, deve levar em conta que a classificação das áreas urbanas e rurais é feita de acordo com a legislação vigente por ocasião dos Censos Demográficos. A definição estabelecida por ocasião do Censo Demográfico de 1980 foi mantida para as pesquisas da PNAD realizadas de 1981 a 1990 e, a classificação vigente por ocasião do Censo Demográfico de 1991 permaneceu para as pesquisas da PNAD do período de 1992 a 1999 (IBGE, 1999). Dessa forma para as tabulações de 1997 foram efetuadas agregações de modo a compatibilizar as classificações dos anos pesquisados neste estudo.

### **1.3. Critérios tipológicos**

A Tipologia das Ocupações por Conta Própria segundo categoria ocupacional aqui definida, teve como base os conceitos discriminados em seqüência. As ocupações agregadas em cada categoria ocupacional são apresentadas no Anexo.



**Profissionais Liberais** – compreende os profissionais Qualificados que possuem nível de escolaridade superior.

**Qualificados** - compreende os profissionais que executam todas as operações de uma ocupação qualificada, ou seja, aquela que demanda habilidade manual<sup>2</sup>, às vezes em alto grau, requerendo conhecimentos de processos e técnicas operacionais, capacidade de julgamento e iniciativa, em certos casos responsabilidade por produtos ou materiais de alto custo ou serviços específicos. Estes tanto podem ser ligados à produção ou operação e à administração, quanto vinculados à hierarquia gerencial, porém neste último caso são classificados na Tipologia como Dirigentes. Partindo desta conceituação, observa-se que neste contexto se englobam trabalhadores que possuem nível médio de escolaridade, porém adquiriram alto grau de qualificação via treinamento "on the job", ou outros meios formais e não formais de especialização.

**Semi-qualificados** - corresponde a trabalhadores que exercem ocupações caracterizadas por um ou mais dos seguintes requisitos: utilização de destreza manual limitada a operações sujeitas a automatismo, cuja execução exige normalmente atenção, coordenação psicomotora e conhecimentos técnicos rudimentares, incluindo ocupações burocráticas e de escritório. Ainda dentro desta categoria, pode existir uma gama de níveis de qualificação ou de responsabilidade, seja para uma mesma ocupação ou para ocupações diferentes, e que podem apresentar comportamentos diversos com relação a rendimentos, sexo e outras características, dentro da estrutura ocupacional. Por exemplo uma ocupação da produção da Construção Civil, pode apresentar responsabilidades e conhecimentos altamente diferenciados na gama de ocupações, entre os que situam na esfera de semi-qualificados, podendo se localizar desde na condição de simples pedreiro à de mestre em determinada função do setor. Neste estudo, foram detectados a quase totalidade de semi-qualificados com menor grau de responsabilidade e conhecimento (podemos exemplificar com os trabalhadores agrícolas, pescadores,

---

<sup>2</sup> Esta característica pode ser prescindível em algumas atividades.

trabalhadores manuais em ocupações da indústria como laminadores, polidores, operadores de prensa, fresadores entre outros, e ainda barbeiros, cabeleireiros, cozinheiros, datilógrafos, recepcionistas, escrivães, etc.) Observa-se que na análise destas ocupações por Conta Própria existe a consciência de que ocorrem, em alguns casos, diferenciações do nível de responsabilidade e conhecimentos dentro de uma mesma ocupação, que não são passíveis de serem detectadas a partir das informações pesquisadas na PNAD. Assim, por exemplo, não é possível distinguir-se entre uma secretária executiva e uma secretária que exerce funções de datilógrafa, a não ser por níveis de rendimentos ou de escolaridade, que se perdem na agregação.

**Não-qualificados** - correspondem a trabalhadores de ocupações que envolvem a execução de tarefas ou operações simples, que podem ser apreendidas em pouco tempo e não requerem capacidade de julgamento nem conhecimentos técnicos rudimentares.

#### 1.4. Indicadores de Dispersão Regional

O Quociente de Diferenciação Regional (Q<sub>dij</sub>) utilizado como indicador selecionado para a análise dos diferenciais regionais das estruturas ocupacionais entre os ocupados por conta Própria neste trabalho, é conceituado como abaixo discriminado.

##### Quociente de Diferenciação

Sendo  $X_i$  = número de pessoas ocupadas no país na categoria ocupacional  $i$ ;

$X$  = número de pessoas ocupadas no país;

$X_{ij}$  = número de pessoas ocupadas na região  $j$  na categoria ocupacional  $i$ ;

$X_j$  = número de pessoas ocupadas na região  $j$ ,

o quociente de diferenciação  $Q_{Dij}$  é definido pela expressão:

$$I_{ij}/I_i \text{ ou } Q_{Dij} = \frac{X_{ij}/X_j \cdot 100}{X_i/X \cdot 100},$$

onde  $I_{ij} = X_{ij}/X_j \cdot 100$  e  $I_i = X_i/X \cdot 100$ , medindo o grau de diferenciação espacial da representatividade da categoria ocupacional  $i$  na região  $j$ , em relação à média nacional.

Sendo  $I_{ij}$ , o valor percentual da população ocupada na categoria  $i$  na região  $j$ , e  $I_i$  o valor percentual da população ocupada na categoria  $i$  do país, a interpretação de  $Q_{Dij}$  pode ser feita mediante as seguintes considerações:

$Q_{Dij} < 1$ , a categoria ocupacional  $i$  é menos representativa na região  $j$ , se comparada à representatividade no espaço nacional global.

$Q_{Dij} > 1$ , a categoria ocupacional  $i$  é mais representativa na região  $j$  se comparada à representatividade no espaço nacional global.

## 2. ANÁLISE DOS RESULTADOS EMPÍRICOS PARA O BRASIL E REGIÕES

### 2.1. A representatividade dos trabalhadores por Conta Própria

É examinada inicialmente a representatividade das pessoas ocupadas no mercado de trabalho brasileiro, segundo sua condição como trabalhadores por Conta Própria ou

outra situação, seja como empregados nas empresas ou como trabalhadores domésticos remunerados, como empregadores das empresas, ou sem remuneração, como observado na Tabela 1.

**Tabela 1**

**Distribuição das Pessoas Ocupadas segundo a Posição na Ocupação**

BRASIL – 1950-1999								(%)
Posição na Ocupação	1950	1960	1970	1980	1983	1990	1996	1999
<b>TOTAL</b>	100	100	100	100	100	100	100	100
<b>Conta Própria</b> <sup>(1)</sup>	29,6	35,2	33,8	24,8	24,2	22,6	26,8 <sup>(4)</sup>	23,2
<b>Demais</b>	70,4	64,8	66,2	73,2	75,8	77,1	73,2	76,8
Empregados <sup>(2)</sup>	49,1	47,9	54,8	65,3	63,7	64,5	60,4	63,4
Empregadores <sup>(3)</sup>	3,8	1,9	1,5	2,7	3,0	4,6	3,7	4,1
Sem Remuneração	17,5	15,0	9,9	5,2	9,1	8,0	9,1	9,3
<b>SETOR RURAL</b>	62,4	54,5	44,3	29,9	26,5	22,8	24,4	24,2
<b>Conta Própria</b> <sup>(1)</sup>	22,4	25,1	23,6	12,8	8,0	7,0	10,5 <sup>(4)</sup>	...
<b>Demais</b>	40,0	29,4	20,7	17,1	18,5	15,8	13,9	...
Empregados <sup>(2)</sup>	21,4	14,1	11,3	11,5	10,1	8,4	6,6	...
Empregadores <sup>(3)</sup>	2,0	1,0	0,7	0,9	0,8	1,1	0,6	...
Sem Remuneração	16,6	14,3	8,7	4,7	7,6	6,3	6,7	...
<b>SETOR URBANO</b>	37,5	45,5	55,7	70,1	71,6	77,2	75,5	75,8
<b>Conta Própria</b> <sup>(1)</sup>	7,8	10,2	10,3	14,0	14,3	15,6	16,4 <sup>(4)</sup>	...
<b>Demais</b>	29,7	35,3	45,4	56,1	57,3	61,6	59,1	...
Empregados <sup>(2)</sup>	27,7	33,5	43,5	53,8	53,6	56,3	53,7	...
Empregadores <sup>(3)</sup>	1,8	0,9	0,8	1,8	2,2	3,5	3,0	...
Sem Remuneração	0,2	0,7	1,1	0,5	1,5	1,8	2,4	...

Fontes dos dados brutos: FIBGE/ Censos Demográficos e PNADs.

<sup>(1)</sup>Inclui os Sem Declaração; <sup>(2)</sup> Inclui Serviço Doméstico remunerado; <sup>(3)</sup> De empresas; <sup>(4)</sup> Inclui os trabalhadores da produção para próprio consumo e os da construção para próprio uso, de acordo com a nova tipologia.

O que se verifica para o global da economia, é que a participação dos ocupados por Conta Própria em relação aos demais ocupados é maior nos anos de 1960 e 1970, não obstante terem sido períodos de ampliação de oportunidades de emprego nas empresas, haja vista que o processo de substituição de importações do país propiciou taxas médias de crescimento anual do produto em torno de 6,8%, pois apesar de um período de estagnação após 1962, já em 1968 observou-se novamente o recrudescimento nas taxas de crescimento do produto. Este crescimento da participação dos autônomos, com maior ênfase no campo neste período, se deve ao início da modernização ali verificada, que liberou trabalhadores de empresas rurais, que em um primeiro momento engrossaram o número de Conta Próprias nas regiões de origem, antes de emigrarem.

No período a partir de 1980, de desaceleração da produção econômica, a participação dos autônomos no setor Primário diminuiu, aumentando na zona urbana, face à ampliação de ocupações em setores formais ou informais de atividades, situação que permanece com o reinício do crescimento do produto após 1984 (Kon, 1995). Ressalte-se que nesta década, apesar da velocidade de expansão da ocupação global do país ser ligeiramente inferior à década passada, respectivamente de 3,3% e 3,6% ao ano, como analisa Cacciamali, a incorporação da força de trabalho em empregos assalariados continuou as tendências gerais históricas; isto se verificou às custas da queda dos níveis médios de produtividade do trabalho, que decresceram particularmente nos setores urbanos em -2,3% e -1,3% ao ano respectivamente para os setores Secundário e Terciário, pois a produtividade do setor agropecuário na década revelou um discreto aumento anual em torno de 0,2%.

Por outro lado, os trabalhadores sem remuneração cuja maior representatividade se dá na zona rural e que haviam diminuído gradativamente sua participação à medida do desenvolvimento econômico, no período da crise no início desta década, aumentaram novamente seu percentual no total de ocupados, revelando um retrocesso nas condições de trabalho de parte dos ocupados, particularmente na zona

rural. Apesar de se observar ligeira queda no montante de trabalhadores nestas condições após o período de recuperação das atividades, esta melhora não conseguiu eliminar a deterioração da situação em relação ao ano de 1980. Verifica-se ainda, que a par da gradativa transferência histórica da mão-de-obra rural para o setor urbano, como vimos, do ponto de vista da composição dos ocupados de acordo com a posição na ocupação, inverte-se a situação anterior a 1980, em que o maior número de autônomos se alocava no campo e observando-se a partir do período de queda da atividade uma maior representatividade destes na cidade.

Destas informações, é possível verificar-se que as transformações na estrutura ocupacional que vêm acontecendo desde os anos 50 no país, resultaram em uma tipicidade assumida pela estrutura na década de 1980. É relevante neste momento tecer-se algumas considerações sobre a evolução da estrutura ocupacional a partir da década de oitenta, face às implicações de um período conjuntural crítico na economia do país. O que caracteriza uma estrutura ocupacional é sua tipicidade, ou seja a combinação de traços peculiares constantes, bem como a capacidade inerente a esta tipicidade para manter seu padrão próprio. Por outro lado, a estrutura enquanto fenômeno pode variar, tendo em vista ocorrências conjunturais, tendo um caráter mutável embora relativamente estável (Kon, 1995: Cap.1).

Assim, as flutuações nas características da estrutura ocupacional brasileira nos anos de 1980 a 1983, que se devem ao período agudo de crise econômica pelo qual passou a economia brasileira, se fizeram sentir primordialmente no nível geral de emprego e em algumas realocações de trabalhadores de empresas para situações por Conta Própria, e de assalariados que trabalhavam com carteira assinada para a condição de trabalho sem carteira, porém sem modificações estruturais consideráveis, que se desviassem das tendências históricas esperadas. Pode-se verificar que neste período foram atenuadas as transformações estruturais relevantes que decorrem do continuado processo de modernização tecnológica, tendo em vista a queda na taxa global de investimentos em capital físico da economia, que se situava historicamente em torno de 23% do PIB gerado na década de setenta, e

atingiu apenas entre 16% a 18% nos anos oitenta. Deste percentual, a representatividade dos investimentos em máquinas e equipamentos, que constituem a parcela relevante de inovação tecnológica, de uma cifra de 40% do total na década anterior, passou a apenas 27% na última década.

As pesquisas empíricas que examinaram o mercado de trabalho do país para o período após 1980 (Cacciamali, 1989), nos dão conta de que as políticas governamentais de estabilização verificadas neste período, tiveram impactos tanto no nível de emprego formal quanto informal<sup>3</sup>, bem como no aumento de uma economia submersa ou invisível. Estas políticas visavam uma diminuição da demanda agregada e ajustes do Balanço de Pagamentos, por meio de uma política salarial restritiva, uma política fiscal marcada pela redução das taxas reais de juros e uma política relativa ao Comércio Exterior com controles quantitativos diretos das Importações.

A contração da demanda resultou em ligeira queda nos indicadores de emprego, com maior intensidade em 1983, correlacionadas com o comportamento do PIB, que no período de 1980-83 decresceu 3,1% ao ano, como vimos. No entanto, a população ocupada cresceu em ritmo normal, com taxas de desemprego relativamente baixas se comparadas com a dimensão da crise, pois a economia submersa e o setor informal foram o escoadouro da mão-de-obra que não conseguia alocar-se na condição de assalariados no setor formal. O número de mulheres aumentou substancialmente, como participantes do mercado de trabalho, não apenas como efeito da crise, mas devido a uma tendência de longo prazo.

---

<sup>3</sup> Saliente-se a diferenciação entre as conceituações de Setor Informal e Economia Submersa, definidas com precisão por Cacciamali (1989:20). A autora ressalta as relações de produção (assalariadas ou não) como característica fundamental de diferenciação entre setor Formal e Informal, e não a condição de economia legalizada ou não (registros em carteira de trabalho) como fulcro de análise, o que caracterizaria uma Economia Submersa. Nesse sentido, constata-se a existência de assalariados sem registro no setor Formal. Um resumo dos conceitos de informalidade encontram-se também em Nunura (1992).

De um modo geral, as modificações mais relevantes na estrutura ocupacional observadas foram a diminuição relativa de empregados com carteira assinada e o crescimento dos sem carteira. Como se infere a partir da Tabela 2, para o global do país, estas mudanças foram mais intensas no setor urbano, onde a participação dos empregados registrados decresceu em mais de 3%, porém a dos ocupados sem carteira aumentou em mais de 5,5%, de 1979 a 1983.

Observou-se também que a melhoria nos indicadores econômicos a partir de 1984 e que se acentuou nos dois anos seguintes, não foi suficiente para superar os desequilíbrios estruturais entre a oferta de mão-de-obra e as possibilidades de emprego em condições satisfatórias para a população ocupada de uma forma que alterasse significativamente as proporções dos trabalhadores sem carteira de trabalho assinada, ou o montante de autônomos, verificando-se em 1987 os mesmos padrões de tipicidade da estrutura ocupacional ocorrentes em 1983, não obstante as alterações conjunturais da crise, cujos efeitos se fizeram sentir a partir de 1981.

O aumento do número de ocupados que ocorreu de forma global na década de oitenta (conforme observado nas estatísticas disponíveis sobre níveis de ocupação) e que correspondeu à tendência esperada em relação ao aumento populacional, deveu-se principalmente aos alocados nos setores urbanos, que observaram um incremento anual de 4,8%, para uma perda de -0,2% entre os trabalhadores rurais. Entre estes, as relações de produção continuaram se alterando, observando-se no final da década uma maior representatividade de empregados com carteira e uma diminuição dos sem carteira assinada, enquanto que os trabalhadores sem remuneração que em 1970 correspondiam a cerca de 33% do setor agropecuário, no final dos anos oitenta representavam pouco menos de 27%.

O que se pretende salientar com estas considerações, é que embora o ano de 1983 tenha apresentado situações econômicas conjunturais atípicas, que tiveram repercussões na distribuição das ocupações, de um modo global estas variações conjunturais não foram de ordem a modificar a tipicidade da estrutura ocupacional



brasileira apresentada após 1980, permanecendo o padrão próprio global, ou seja a representatividade média de ocupações na empresa ou por Conta Própria, a condição de carteira assinada ou as participações nas categorias ocupacionais segundo qualificação ou outras características.

Como vimos, a década de oitenta revelou-se, relativamente aos períodos anteriores, um período de baixos investimentos em Formação Bruta de Capital Fixo, que apenas evitaram um maior sucateamento da indústria e não prosseguiram com o ritmo de modernização anterior, capaz de alterar os padrões de estruturação ocupacional. A falta de definição de uma política industrial adequada, associada aos cortes dos gastos públicos e à situação de indefinição quanto às expectativas futuras da economia, resultaram na diminuição de investimentos privados, particularmente no sentido de pesquisa e desenvolvimento técnico, embora alguns setores selecionados (como agro-indústrias e manufaturas voltadas para a exportação, e alguns segmentos modernos terciários, como na área financeira, e em atividades de assessoria e ligadas à informática e outros serviços burocráticos) tenham mostrado a continuidade de um nível mínimo de inversões.

Nos anos noventa, o país passou no primeiro quinquênio, por nova crise que teve como resultados a queda do produto gerado nos três primeiros anos da década. O ano de 1990, apresenta uma situação em que se refletem os resultados das várias políticas de estabilização dos anos oitenta, que resultaram em elevação acentuada da atividade econômica de 1985 a 1986, com o Plano Cruzado, e novo período de menor atividade econômica que se seguiu. A política de estabilização econômica colocada em prática a partir de 1994 com o Plano Real, conseguiu seu intento de equilibrar o nível de preços da economia, às custas da retração da atividade econômica. Paralelamente a esta situação a reestruturação produtiva que se iniciara nos países mais avançados já no final dos anos sessenta, começou a ser introduzida mais intensamente no Brasil na década de noventa, através de mudança tecnológica e organizacional, conjugada com intensificação da terceirização de atividades pelas empresas. Estes movimentos resultaram em diminuição de postos de trabalhos nas

empresas e aumento considerável de trabalhadores por Conta Própria. Dessa forma, a participação dos trabalhadores por Conta Própria em 1990 se apresentava ligeiramente inferior em relação ao período máximo de crise de 1983 para o total da economia, porém já em 1997 havia se elevado consideravelmente. No entanto já no ano de 1999, observou-se ligeira retomada das atividades econômicas, o que repercutiu favoravelmente para a geração de postos de trabalhos nas empresas e diminuição relativa de trabalhadores autônomos. Os impactos foram diferenciados no início da década entre o setor rural e urbano, pois em 1990, enquanto a participação relativa de ocupados por Conta Própria e dos demais trabalhadores na zona rural havia decrescido, na área não-agrícola estas representatividades se elevaram tanto para os autônomos, quanto para os demais, o que pelas dimensões

**Tabela 2**  
**Representatividade da população ocupada por conta própria na posição da ocupação**

Brasil e Regiões – 1979-1997								(%)
Posição na Ocupação.	Anos	BR	S	SE	N <sup>(1)</sup>	C-O	NE	
<b>SETOR PRIMÁRIO</b>	1979	32,5	43,5	17,3	...	...	52,2	
1983	26,5	17,2	9,6	27,9	36,6	...	...	
	1990	22,8	33,0	14,0	8,8	23,7	39,7	
	1997	24,4	26,9	12,8	0,3	22,8	41,4	
Empregados Com Carteira	1979	1,5	1,6	1,8	...	...	1,1	
	1983	1,1	1,3	1,2	0,4	0,9	0,8	
	1990	2,0	1,8	2,2	0,4	1,9	1,8	
	1997	1,9	2,1	2,1	0,3	2,6	1,4	
Empregados Sem Carteira	1979	20,1	27,9	11,1	...	...	31,2	
	1983	16,6	26,0	12,0	4,5	16,2	20,6	
	1990	14,2	19,7	8,3	4,7	13,8	22,9	
	1997	11,5	17,2	8,0	11,1	14,9	28,3	
Conta Própria	1979	9,7	12,4	3,4	...	...	18,8	
	1983	8,0	12,3	3,1	4,3	9,3	14,2	
	1990	7,0	10,6	2,6	3,2	6,3	13,8	
	1997	10,5	6,9	2,1	4,1	4,4	11,1	
Empregadores	1979	1,3	1,7	0,9	...	...	1,5	
	1983	0,8	0,9	0,8	0,3	0,6	0,8	
	1990	1,1	0,9	0,9	0,5	2,5	1,2	
	1997	0,6	0,8	0,6	0,5	1,0	0,7	
<b>SETOR NÃO AGRÍCOLA</b>	1979	67,5	67,5	56,5	82,7	...	47,8	
	1983	71,5	59,5	82,8	90,4	72,1	63,7	
	1990	77,2	67,0	86,0	91,2	76,3	60,3	
	1997	75,5	73,1	87,2	84,1	77,2	58,6	
Empregados Com Carteira	1979	35,9	31,5	49,0	...	...	18,1	
	1983	32,5	33,6	42,6	37,5	29,2	18,6	
	1990	36,1	36,2	46,2	34,8	30,2	20,7	
	1997	26,9	37,2	44,7	29,8	32,5	20,3	
Empregados Sem Carteira	1979	16,9	13,3	18,4	...	...	15,4	
	1983	22,6	19,7	22,1	28,6	25,5	28,5	
	1990	20,4	14,1	20,0	31,3	27,7	21,4	
	1997	29,2	21,8	21,3	32,2	25,4	22,3	
Conta Própria	1979	12,1	9,3	11,9	...	...	13,4	
	1983	14,3	11,1	15,0	22,3	15,3	14,8	
	1990	15,6	13,1	15,7	20,7	14,2	16,1	
	1997	16,4	10,8	18,8	19,9	15,7	14,5	
Empregadores	1979	2,5	2,4	3,3	...	...	1,0	
	1983	2,2	2,2	3,1	2,2	2,0	0,8	
	1990	3,5	3,6	4,1	4,4	4,2	2,1	
	1997	3,0	3,3	3,2	2,2	2,9	1,5	

Zona urbana apenas. Fontes dos dados brutos: FIBGE/ PNADs. Para a região Norte a pesquisa exclui a zona rural.

(1) Zona urbana apenas.

mostradas pelos indicadores, parece revelar um movimento de trabalhadores rurais para setores urbanos não apenas como Conta Própria, mas também para as empresas.

Em termos regionais, a distribuição da população ocupada não sofreu grandes modificações ao longo do período de crise, ocorrendo movimentos em termos setoriais. As maiores divergências portanto, foram devidas à criação dos postos de trabalho de emergência pelo governo no setor de Construção Civil do Nordeste, com o intuito de manter na região a população rural, deslocada de suas ocupações primárias pelo período de seca que se prolongou de 1979 a 1983 (Kon, 1992 e 1995). A partir das informações que excluem os deslocamentos para as frentes de trabalho, observa-se na Tabela 2 que se as participações relativas dos ocupados nos setores Primário e Urbano do Nordeste sofreram modificações mais consideráveis, para o total do país estas alterações se diluem entre as regiões, não resultando em mudanças relevantes que se desviem das historicamente esperadas e conservando os padrões estruturais da década.

Os dados sobre o Nordeste, levam em conta políticas governamentais de emprego, que abriram frentes de trabalho adicionais, na área de construção de estradas, nos períodos de seca. Sem considerar-se os deslocamentos dos ocupados para as frentes de trabalho em 1983, as participações relativas para o Nordeste e para o total do Brasil seriam no período respectivamente as seguintes: 50,3% e 31,1% no total do setor Primário, 49,7% e 68,9% no total do setor Não-agrícola, e 13,8% e 18,6% para os empregados sem carteira do setor não-agrícola. As regiões Sul e Nordeste que concentram uma participação mais intensa de ocupados no setor agrícola, observam de 1979 a 1997 um decréscimo mais intenso de trabalhadores por Conta Própria neste espaço, que se dirigiram para a zona urbana, seja em atividades não agrícolas autônomas, seja para atividades em empresas. Neste último ano do período analisado, observou-se que as regiões do Sudeste, Sul e Nordeste apresentaram um decréscimo mais acentuado de Conta Próprias na zona agrícola em relação ao início da década de noventa; enquanto que na zona urbana estas duas últimas regiões

observaram queda na representatividade dos Conta Própria contrabalançada pelo aumento considerável de empregados sem carteira, para a região do Sudeste a elevação da participação dos autônomos foi considerável a acompanhada paralelamente pela elevação de trabalhadores sem carteira, compensando o decréscimo de ocupados com carteira nas empresas.

Podemos concluir que a análise "cross-section" da participação dos Conta Própria na estrutura ocupacional brasileira até o final da década de 80, reflete os impactos dos ajustamentos de um período conjuntural atípico, face às políticas de estabilização mencionadas, e também reflete os padrões da distribuição ocupacional que foram moldados ao longo dos últimos 30 anos. Nos anos mais recentes da década de noventa, a continuação das políticas de estabilização acentuaram a representatividade dos trabalhadores por conta Própria, particularmente na região mais industrializada do Sudeste e com menos intensidade no Sul. Comparando-se de um modo generalizado o perfil do trabalhador por Conta Própria com o perfil médio do trabalhador brasileiro, como apresentado na Tabela 3, verifica-se com relação à divisão do trabalho entre gêneros que se no período de maior crise dos anos oitenta mais de  $\frac{3}{4}$  destes trabalhadores autônomos eram compostos por homens, para o total do país a representatividade masculina era inferior, em torno de 67%. O crescimento da participação feminina foi gradativo e constante tanto para os Conta Própria quanto para os demais, e em 1997 os primeiros já atingiam uma representatividade de quase 30%; no entanto esta participação continua relativamente inferior à apresentada para o global do país, que atinge quase 40% no último ano.

Com relação à escolaridade, verifica-se as condições desvantajosas dos trabalhadores autônomos que em média apresentam escolaridade inferior, em torno de 3 anos de estudo em 1983, enquanto que a média do país (também muito baixa) se situava em 4,4 anos. Apesar de observar-se uma melhoria global na escolaridade média dos trabalhadores, em 1997 os autônomos ainda não atingiam 5 anos de escolaridade média em quanto que a média do total de trabalhadores já estava em 5,4 anos de estudo.

**Tabela 3****Distribuição da População Ocupada Total e por Conta Própria, segundo Gênero, Escolaridade e Horas Trabalhadas por Semana****BRASIL - 1983, 1989 e 1997**

Categorias Ocupacionais	G (%)	H (%)	M (%)	AE	HT/S (%)		
					Até 39	40-48	49 e+
<b>Total Brasil</b>							
1983	100,0	67,1	32,9	4,4	22,8	49,1	27,9
1989	100,0	65,0	35,0	5,4	13,1	55,6	31,3
1997	100,0	60,6	39,4	5,4	28,6	49,9	21,5
<b>Conta Própria</b>							
1983	22,1	76,3	23,7	3,1	25,3	36,8	37,9
1989	22,9	74,5	25,5	3,3	24,7	40,6	34,7
1997	26,4	70,8	29,2	4,6	30,7	34,6	34,6

Fonte: IBGE-PNADs 1983, 1989 e 1997. Elaboração da autora.

NOTA: G=Distribuição Global; H=Homens; M=Mulheres; AE = Anos de Estudo; HT/S = Horas Trabalhadas por Semana.

Verifica-se ainda uma distribuição diferenciada do montante de horas trabalhadas por semana entre os trabalhadores por Conta Própria, verificando-se que a parcela de ocupados que se dedicavam mais de 49 horas semanais ao trabalho é consideravelmente superior (cerca de 35%) em relação à média do país (em torno de 22%) no último ano, embora de 1983 a 1997 tenha se verificado um movimento de diminuição do número de horas trabalhadas para as duas situações. Por outro lado, no outro extremo, entre os trabalhadores que se ocupam menos de 40 horas semanais, também a maior representatividade se dá entre os autônomos, embora com menor diferencial. Portanto no período correspondente à normalidade de horas trabalhadas segundo contratos de trabalhos em tempo integral, ou seja, entre 40 a 48 horas semanais, a participação relativa de trabalhadores autônomos se situa em quase 35% no último ano analisado, enquanto que para o global do país a representatividade atingia a metade dos trabalhadores.

A Tabela 4 apresenta uma abordagem da divisão do trabalho entre gêneros, considerando a representatividade dos ocupados por Conta Própria nas categorias ocupacionais, em cada gênero separadamente para o ano de 1997. Observe-se para o total de ocupados, que os trabalhadores autônomos com rendimentos representam acima de 13% do total de trabalhadores brasileiros, dos quais maior parte se concentra em ocupações de semi-qualificados, que incluem ocupações que requerem algum grau de conhecimento técnico para o exercício das funções (embora na maior parte rudimentares), como por exemplo mecânicos, ferreiros, serralheiros, estofadores, cesteiros, vidreiros, alfaiates, costureiras, ourives, manicures, cabeleireiras, entre outros que encontram-se discriminados no Anexo. Os trabalhadores autônomos não-qualificados representam 2,7%, correspondendo na maior parte em ocupações relacionadas a trabalhos braçais, engraxates e bilheteiros. Os restantes se distribuem nas demais categorias de ocupações, com representatividades não significativas, como por exemplo professores particulares, leiloeiros, fotógrafos, músicos, demais artistas, corretores, etc.

**Tabela 4**

**Distribuição da População Ocupada como Conta Própria segundo o Gênero**

<b>Brasil</b>	<b>(%)</b>		
	<b>BRASIL</b>	<b>Homens</b>	<b>Mulheres</b>
<b>BRASIL</b>	100,0	100,0	100,0
<b>CONTA PRÓPRIAS</b>			
Total <sup>(1)</sup>	13,4	15,6	9,9
Profissionais Liberais	0,03	0,0	0,1
Outros Dirigentes	0,4	0,5	0,2
Qualificados <sup>(2)</sup>	0,3	0,4	0,3
Semi-qualificados	10,00	12,4	6,4
Não-qualificados	2,7	2,5	3,0
<b>EMPRESAS</b>	79,1	83,5	72,3

Fonte dos dados brutos: IBGE-PNAD/1997. Elaboração da autora. <sup>(1)</sup> A tabulação especial excluiu os Sem Declaração e Sem Rendimentos. <sup>(2)</sup> Sem nível Superior de escolaridade.

Considerando-se a divisão segundo gênero, observa-se que entre os homens a representatividade é superior, situando-se em quase 16% do gênero, enquanto que menos de 10% das mulheres trabalham como autônomas de forma remunerada. Em ambos os gêneros a maior concentração de ocupados se situa também entre os semi-qualificados, porém a população ocupada masculina se aloca relativamente mais do que a feminina nesta categoria. Com relação aos não-qualificados porém, é verificado o contrário, ou seja, as mulheres se alocam com maior participação que os homens na categoria.

**Tabela 5**

**Distribuição da População Ocupada como Conta Própria segundo Categorias Ocupacionais (%)**

**BRASIL E REGIÕES**

	<b>BRASIL</b>	<b>RJ</b>	<b>SP</b>	<b>SUL</b>	<b>MG/ES</b>	<b>NE</b>	<b>C-O</b>	<b>NO</b>
<b>BRASIL</b>	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
<b>EMPRESAS</b>	79,1	80,7	83,0	80,4	80,6	74,4	79,9	76,0
<b>CONTA PRÓPRIAS</b>								
Total <sup>(1)</sup>	13,4	9,3	8,7	12,7	11,2	19,8	10,9	15,4
Profissionais Liberais	0,03	0,1	0,04	0,03	0,03	0,01	0,03	0,02
Outros Dirigentes	0,4	0,2	0,8	0,5	0,2	0,1	0,3	0,3
Qualificados <sup>(2)</sup>	0,3	0,7	0,3	0,3	0,4	0,3	0,3	0,4
Semi-qualificados	10,0	5,0	5,5	10,3	8,8	15,7	8,3	10,0
Não-qualificados	2,7	3,5	2,2	1,6	1,9	3,6	2,1	4,8

Fonte dos dados brutos: IBGE-PNAD/1997. Elaboração da autora. <sup>(1)</sup> A tabulação especial excluiu os Sem Declaração e Sem Rendimentos. <sup>(2)</sup> Sem nível Superior de escolaridade.

A divisão dos trabalhadores por Conta Própria em cada região apresenta características específicas, que resultam da natureza da oferta de mão-de-obra de cada espaço, da estrutura produtiva regional, associada ao nível de desenvolvimento que têm impactos sobre a possibilidade de absorver um contingente maior ou menor de trabalhadores nas empresas. A partir da Tabela 5, observa-se uma relação direta



da representatividade dos trabalhadores autônomos com o nível de desenvolvimento regional, desde que as regiões mais industrializadas do Rio de Janeiro e São Paulo apresentam em 1997 participações consideravelmente menores (respectivamente 9,3% e 8,7%) enquanto que o Nordeste mostra uma representatividade de quase 20% destes trabalhadores. O mesmo se verifica para a divisão entre categorias ocupacionais, quando se verifica que na categoria de maior concentração, ou seja de semi-qualificados, as duas regiões mais avançadas apresentam participações relativamente menores que as demais, em torno de 5,5%, ao passo que o Nordeste engloba quase 16% nestas ocupações. Com relação aos não-qualificados, a situação é diferente, pois os percentuais mais elevados encontram-se na zona urbana do Norte<sup>4</sup> e no Nordeste, porém também no Rio de Janeiro.

---

<sup>4</sup> As estimativas revelam que se fosse considerada também a zona rural, a concentração de não-qualificados seria ainda superior.

Tabela 6

**Distribuição População Ocupada Conta Própria segundo Categorias  
Ocupacionais e Gênero (%)**

<b>BRASIL E REGIÕES</b>								
<b>Categorias Ocupacionais</b>	<b>BRASIL</b>	<b>RJ</b>	<b>SP</b>	<b>SUL</b>	<b>MG/ES</b>	<b>NE</b>	<b>C-O</b>	<b>NO</b>
<b>HOMENS</b>								
<b>BRASIL</b>	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
<b>EMPRESA</b>	83,5	90,4	90,1	83,5	86,0	74,6	86,8	81,9
<b>CONTA PRÓPRIAS</b>								
Total <sup>(1)</sup>	15,6	8,0	8,7	16,0	13,1	24,7	12,6	17,4
Profissionais Liberais	0,0	0,02	0,01	0,0	0,0	0,0	0,01	0,0
Outros Dirigentes	0,5	0,2	1,0	0,7	0,2	0,1	0,3	0,4
Qualificados <sup>(2)</sup>	0,4	0,6	0,3	0,3	0,4	0,3	0,3	0,5
Semi-qualificados	12,4	4,2	5,4	13,7	10,8	20,7	10,2	11,8
Não-qualificados	2,5	2,9	2,0	1,3	1,7	3,5	1,8	4,8
<b>MULHERES</b>								
<b>Brasil</b>	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
<b>EMPRESA</b>	72,3	65,9	71,7	75,9	72,3	74,1	68,9	66,7
<b>CONTA PRÓPRIAS</b>								
Total <sup>(1)</sup>	9,9	11,4	8,7	7,9	8,3	12,4	8,3	12,2
Profissionais Liberais	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,01	0,1	0,1
Outros Dirigentes	0,2	0,1	0,4	0,3	0,1	0,1	0,3	0,1
Qualificados <sup>(2)</sup>	0,3	0,7	0,3	0,2	0,4	0,3	0,3	0,2
Semi-qualificados	6,4	6,1	5,6	5,4	5,6	8,2	5,1	7,1
Não-qualificados	3,00	4,4	2,4	2,0	2,1	3,8	2,5	4,7

Fonte dos dados brutos: IBGE-PNAD/1997. Elaboração da autora. <sup>(1)</sup> A tabulação especial excluiu os Sem Declaração e Sem Rendimentos. <sup>(2)</sup> Sem nível Superior de escolaridade.

Também a condição de trabalho entre gêneros se revela diferenciada entre as regiões, como é retratado na Tabela 6. Entre os trabalhadores do gênero masculino, as diferenças entre as regiões mais avançadas e menos desenvolvidas é ainda maior, Rio de Janeiro e São Paulo englobam cerca de 8% e 8,7% de autônomos, enquanto

que o Nordeste apresenta uma representatividade de quase  $\frac{1}{4}$  do total de ocupados. Também a participação das regiões do Sul e Norte é considerável, entre 16% e acima de 17%. Também entre os semi-qualificados os diferenciais são relativamente semelhantes.

Com relação à população ocupada feminina, as diferenças entre regiões são menos significativas e de mostram menor relação direta com o nível de desenvolvimento regional, pois para o total de mulheres que trabalham de forma autônoma as maiores representatividades encontram-se no Nordeste, mas também no Rio de Janeiro, que corresponde a um espaço industrializado, e ainda na região urbana do Norte, o mesmo se verificando com a concentração de semi-qualificados. Porém para os não-qualificados a participação no Norte e no Rio de Janeiro ainda é superior à do Nordeste.

As transformações nesta estruturação na década de noventa são visualizadas a partir da Tabela 7, que apresenta uma comparação da distribuição ocupacional para cada região separadamente, entre o final da década de oitenta e o ano de 1997. Para o total do país, observa-se que a representatividade dos Profissionais Liberais dos dois gêneros era superior em 1989, o mesmo se verificando para todas as regiões, com maiores diferenciais para as mulheres e particularmente no Rio de Janeiro, São Paulo e Sul. Os maiores decréscimos na representatividade ocorreram nas regiões mais industrializadas do Rio e São Paulo, evidenciando para estes ocupados uma melhora na condição de trabalho nas empresas.

Tabela 7

### Distribuição Ocupacional dos Trabalhadores Autônomos segundo a Categoria Ocupacional

Brasil e Regiões - 1989 e 1997.		Categorias Ocupacionais (%)				
Regiões	Gênero	PL	Q	SQ	NQ	Total
<b>BRASIL</b>						
H	1989	1,2	1,1	91,3	6,4	100
	1997	0,01	2,3	79,1	15,7	100
M	1989	2,2	1,4	92,4	4,0	100
	1997	0,6	3,1	64,3	29,8	100
<b>RJ</b>						
H	1989	2,5	2,5	70,8	16,2	100
	1997	0,2	7,8	52,8	36,8	100
M	1989	3,9	2,7	87,5	5,9	100
	1997	0,8	6,3	53,4	38,2	100
<b>SP</b>						
H	1989	2,7	1,8	88,7	6,8	100
	1997	0,1	3,6	61,9	22,7	100
M	1989	4,3	2,4	88,5	4,7	100
	1997	1,1	3,6	63,7	27,5	100
<b>SUL</b>						
H	1989	1,0	0,9	95,0	3,1	100
	1997	0,01	2,1	85,7	8,1	100
M	1989	3,6	1,1	94,8	0,5	100
	1997	0,9	2,0	67,4	25,7	100
<b>MG-ES</b>						
H	1989	1,7	0,9	91,5	5,9	100
	1997	0,01	2,7	82,5	13,0	100
M	1989	2,4	2,4	93,9	1,3	100
	1997	0,8	4,2	67,8	25,8	100
<b>NE</b>						
H	1989	0,3	0,8	92,6	6,3	100
	1997	0,01	1,3	83,9	14,3	100
M	1989	0,4	0,6	93,5	5,5	100
	1997	0,1	2,2	66,6	30,4	100
<b>CO</b>						
H	1989	1,0	1,2	91,4	6,4	100
	1997	0,1	2,2	81,0	14,2	100
M	1989	2,0	0,8	85,4	1,8	100
	1997	0,8	3,9	61,8	30,1	100
<b>N*</b>						
H	1989	1,5	1,8	93,3	13,4	100
	1997	0,1	2,7	67,6	27,4	100
M	1989	0,7	1,4	89,3	8,6	100
	1997	0,4	1,7	58,5	38,5	100

Fonte dos dados brutos: IBGE-PNADs 1989 e 1997. Elaboração da autora.

\* Zona urbana.

Nota:

PL= Profissionais Liberais.

Q=Qualificados sem nível Superior de escolaridade.

SQ= Semi-qualificados. Incluem os Outros Dirigentes que estão separados em outra Tabela.

NQ= Não-qualificados.

Os autônomos qualificados com nível técnico de escolaridade, que correspondem por exemplo a ocupações de técnicos em várias especialidades, como edificações, química ou física, análises clínicas, operadores de equipamentos médicos e outros técnicos, assim como professores, religiosos, esportistas, artistas, parteiras, enfermeiras entre outros, apresentaram um aumento considerável na participação como autônomos em ambos os gêneros. As maiores intensidades de crescimento se situaram no Rio de Janeiro e mais intensamente entre os homens, que de uma participação de 2,5% dos trabalhadores da região no final da década de oitenta, passaram para quase 8% em 1997; as mulheres, por sua vez, elevaram a participação de 2,7% para 6,3%.

Como observado anteriormente, a concentração de ocupados por Conta Própria se dá quase que totalmente nas ocupações de semi-qualificados, que incluem trabalhadores que possuem conhecimentos técnicos rudimentares, incluindo ocupações burocráticas e de escritório e dentro desta categoria, pode existir uma gama de níveis de qualificação ou de responsabilidade, seja para uma mesma ocupação ou para ocupações diferentes. Por exemplo são incluídos nesta categoria ocupacional deste trabalhadores agrícola que possuem conhecimento rudimentar do trato agrícola, até trabalhadores da indústria manufatureira, alocados em tarefas automatizadas repetitivas. Estes ocupados no ano de 1989 representavam para o total do países acima de 90% dos trabalhadores tanto entre os homens quanto entre as mulheres, porém no último ano analisado a representatividade decresceu consideravelmente para menos de 80% entre os primeiros e 64% para as últimas. Este decréscimo não se verificou em termos absolutos, mas apenas relativos, tendo em vista que ocorreu, na década do noventa, um aumento da representatividade de trabalhadores autônomos não-qualificados e dos qualificados de nível técnico de escolaridade, oriundos de ocupações anteriores em empresas.

Em âmbito regional, observa-se que as cidades mais industrializadas do Rio de Janeiro e São Paulo, mostram uma menor concentração relativa destas ocupações, contrabalançada pela maior participação de não-qualificados. A perda de

representatividade dos semi-qualificados é observada em todas as regiões, porém com mais intensidade entre as mulheres (com exceção do verificado em São Paulo).

Transformações relativas consideráveis se verificaram na representatividade dos não-qualificados, como visto anteriormente, que para o total do país mostravam em 1989 uma participação de acima de 6% para os homens e 4% para as mulheres, enquanto que em 1997 apresentavam percentuais de quase 16% e 30% respectivamente. Nesta categoria, que inclui ocupações de trabalhadores braçais, lavadeiras, passadeiras, vigias, serventes, contínuos, guardadores de automóveis entre outras, as mulheres levaram desvantagens consideráveis e nas regiões do Rio de Janeiro, e na zona urbana do Norte, acima de 38% das trabalhadoras por Conta Própria eram não-qualificadas. Em São Paulo, na região que engloba Minas Gerais e Espírito Santo e no Sul, verificam-se as menores participações relativas de não-qualificados autônomos.

A Tabela 8 retrata uma abordagem diferente da participação dos autônomos segundo o gênero, observando primeiramente a representatividade dos trabalhadores por Conta Própria em relação ao total da população ocupada do mesmo gênero em cada região separada (A/POG), e em seguida a participação de ocupados por conta Própria de um gênero, em relação ao total de ocupados (AG/A). Para o global do país, observa-se que do total de homens ocupados cerca de 19,5% eram autônomos no final dos anos oitenta, enquanto que do total das mulheres a participação era de pouco acima de 12%. Estas representatividades decresceram para ambos os gêneros no ano de 1997, perdendo cerca de 3 pontos percentuais. Pode ser inferido que a situação de trabalho nas empresas era melhor na década de noventa, o que não significa necessariamente uma melhora nas condições de trabalho, desde que o aumento de trabalhadores sem carteira no período foi considerável, paralelamente ao aumento de microempresas que empregam assalariados com condições de remuneração e de trabalho desvantajosas até mesmo em relação a trabalhadores por Conta Própria.

Regionalmente, o decréscimo na participação de autônomos em cada gênero se repete em quase todas as regiões, com exceção das ocupadas do gênero feminino de São Paulo, que revelam ligeiro aumento de participação de autônomas. Observa-se a maior participação de autônomos no Nordeste e com uma intensidade muito superior entre os homens, de quase 28% em 1989 e acima de 17% para as mulheres, que decresceu respectivamente para quase 25% e 12%. Por outro lado, como já visto São Paulo e Rio de Janeiro revelam menor participação de autônomos. No Sul os homens que trabalhavam por Conta Própria em 1989 chegavam a quase  $\frac{1}{4}$  da população masculina, porém em 1997, a participação havia decrescido para cerca de 16%.

**Tabela 8****Participação dos Trabalhadores Autônomos segundo Gênero**

**Brasil e Regiões - 1989 e 1997.**

Regiões/ Gênero		A/POG (1)	AG/A (2)
<b>BRASIL</b>			
H	1989	19,5	74,5
	1997	15,6	70,7
M	1989	12,4	25,5
	1997	9,9	29,3
<b>RJ</b>			
H	1989	11,6	61,3
	1997	8,0	51,6
M	1989	12,1	38,7
	1997	11,4	48,4
<b>SP</b>			
H	1989	11,6	72,1
	1997	8,7	61,3
M	1989	8,2	27,9
	1997	8,7	38,7
<b>SUL</b>			
H	1989	24,0	79,8
	1997	16,0	74,6
M	1989	10,8	20,2
	1997	7,9	25,4
<b>MG-ES</b>			
H	1989	17,3	72,7
	1997	13,1	70,9
M	1989	12,7	27,3
	1997	8,3	29,1
<b>NE</b>			
H	1989	27,9	75,6
	1997	24,7	75,1
M	1989	17,4	24,4
	1997	12,3	24,9
<b>CO</b>			
H	1989	17,5	68,8
	1997	12,6	70,9
M	1989	11,7	31,2
	1997	8,3	29,1
<b>N*</b>			
H	1989	19,7	70,9
	1997	17,4	69,5
M	1989	13,9	29,1
	1997	12,2	30,5

Fonte dos dados brutos: IBGE-PNADs 1989 e 1997. Elaboração da autora

(1)A/POG= Autônomos/Popul. Ocupada do mesmo gênero.

(2) AG/A=Autônomos do gênero/Total Autônomos.

Nota: H = Homens; M = Mulheres.



A observação da participação de autônomos de cada gênero sobre o total de trabalhadores ocupados de cada região mostra que para o total do país cerca de  $\frac{3}{4}$  de ocupados eram do gênero masculino no final da década de oitenta. Porém a participação da mulher veio aumentando nos anos noventa, como tendência histórica conhecida e em 1997 já se situava em quase 30% entre os trabalhadores. Entre os espaços regionais definidos o Sul apresenta a maior concentração relativa de trabalhadores masculinos, que atingia quase 80% no final de oitenta e embora decrescesse posteriormente, em 1995 ainda representavam  $\frac{3}{4}$  dos ocupados.

Também pouco representativa é a participação feminina de autônomos entre os ocupados do Nordeste, que não sofreu alterações significativas nos anos noventa, situando-se em torno de 25% dos ocupados da região. As maiores representatividades femininas se dão no Rio de Janeiro e em São Paulo, que em 1989 contavam respectivamente com cerca de 39% e 30% de mulheres que trabalhavam por conta Própria, entre o total dos ocupados regionais e em 1997 já eram 48% e 39%. Outras pesquisas (Kon, 1999) indicam que este aumento considerável se deu como resultado não apenas da tendência histórica verificada internacionalmente, relacionada ao desenvolvimento econômico e social, mas também e principalmente no início da década de noventa, tendo em vista a entrada de um maior número de mulheres no mercado de trabalho por questões de sobrevivência familiar. O Sul e o Nordeste apresentam a menor participação de mulheres como autônomas entre os ocupados (em torno de  $\frac{1}{4}$  dos trabalhadores de cada região), enquanto que em Minas Gerais, Espírito Santo, Centro-Oeste e na zona urbana do Norte chegam próximo a 30%.

A observação dos Quocientes de Diferenciação Regional (QDij) apresentados na Tabela 9, permite verificar com maior clareza o grau de divergência entre a representatividade dos ocupados por Conta Própria e a média global do país, separadamente para cada ano analisado. No ano de 1983, que como visto correspondeu ao pico da crise da década de oitenta, verifica-se que a participação de

ocupados do gênero feminino se intensifica consideravelmente nas regiões mais avançadas do Rio de Janeiro e de São Paulo mas também na região do Nordeste, o que permite considerar-se que prevalecia fortemente a entrada de trabalhadoras no mercado de trabalho, para fins de sobrevivência familiar. A situação dos homens é diferenciada neste ano, desde que os diferenciais regionais de representatividade são muito pequenos, em relação à média global do país, porém os maiores afastamentos encontram-se no Rio de Janeiro, onde a participação masculina é cerca de 14% inferior à média e no Centro-Oeste, onde é 11% superior.

**Tabela 9**

**Quociente de Diferenciação Regional da População Ocupada por Conta Própria segundo o Gênero (Qdij)**

REGIÕES BRASILEIRAS - 1983, 1989 E 1997.

	RJ	SP	S	MG-ES	NE	CO	N
<b>MULHERES</b>							
1983	1,46	1,14	0,71	0,95	1,16	0,65	1,01
1989	0,97	0,66	0,87	1,02	1,41	0,94	1,12
1997	1,15	0,88	0,80	0,84	1,25	0,84	1,19
<b>HOMENS</b>							
1983	0,86	0,96	1,09	1,02	0,95	1,11	1,00
1989	0,59	0,59	1,23	0,88	1,43	0,90	1,01
1997	0,51	0,56	1,02	0,84	1,58	0,81	1,11

Fonte dos dados brutos: IBGE - PNADs 1983, 1989 e 1997. Elaboração da autora.

A participação relativa superior de mulheres no Nordeste permanece também (e com maior intensidade) no final da década, após o período de recuperação econômica da década de oitenta, porém uma mudança relevante é observada em São Paulo, onde é verificado um decréscimo considerável de autônomas, tendo em vista o aumento de oportunidades em empresas; também no Rio de Janeiro no período a participação relativa feminina cai consideravelmente, situando-se ligeiramente abaixo da média do país. Também a representatividade masculina de autônomos tem um decréscimo considerável no período nas regiões mais avançadas onde a participação de

ocupados autônomos chega a se situar 40% abaixo da participação média do país, enquanto que no Sul e no Nordeste são observados os maiores quocientes.

Em 1997, após a estabilização no segundo quinquênio dos anos noventa, a partir das políticas econômicas estabilizadoras que mantêm a atividade econômica em retração, observa-se novamente entre a força de trabalho feminina que as maiores representatividades relativas voltam a se situar no Rio de Janeiro e no Nordeste, mas também na zona urbana do Norte, com diferenças de 15%, 25% e 19% respectivamente acima da média. No entanto em São Paulo e nas demais regiões as participações se situam entre 12% a 20% abaixo da média. Com relação à participação masculina, observa-se situação semelhante à do final da década, pois a região do Nordeste apresentou uma representatividade de ocupados autônomos entre os homens que se manteve em um grau pouco abaixo de 60% superior ao resto do país, enquanto que o sul representava a situação média, e com exceção da região urbana do Norte (11% acima), os quocientes para as demais regiões eram inferiores à unidade. Nas regiões mais industrializadas, o grau de diferenciação se situou em níveis ainda maiores do que no período anterior. Em suma, as diferenciações de cada região, em relação à média global do país, são consideravelmente diferenciadas, tanto com relação a cada gênero separadamente, quanto tendo em vista os três períodos analisados, mostrando nitidamente os impactos das situações conjunturais anteriormente descritas.

## **2.2 A distribuição setorial dos ocupados por conta Própria**

Em pesquisa anterior (Kon, 1995), verificou-se que a distribuição setorial dos trabalhadores autônomos no final da década de oitenta, mostra que os Profissionais Liberais se concentravam apenas em atividades de Serviços Sociais (particularmente Ensino e Saúde), onde correspondiam a pouco mais de 2% de ocupados do setor, dos quais quase 60% eram do sexo masculino, e também nos Serviços Auxiliares às Empresas ocupando menos de 1,5% da mão-de-obra, representada por 66% de

homens. Os demais autônomos correspondendo a ocupações que requerem principalmente semi-qualificação, alocavam-se mais intensamente nos Serviços de Reparação, no Comércio, na Agropecuária, na Indústria da Construção e nos Demais Serviços, com participações entre 18% e 28% dos setores. As maiores concentrações femininas são observadas na Indústria de Transformação, nos Serviços Sociais, nos Serviços Auxiliares às Empresas e nos Demais Serviços, onde correspondiam entre 40% a 70% dos trabalhadores, pois nos demais setores a absorção de trabalhadores do sexo masculino é predominante, situando-se em torno de 70% dos ocupados no Comércio e na quase totalidade nos demais. Do total de autônomos, apenas 8% contribuíam à Previdência Social.

A tabela 10 apresenta a distribuição setorial para o ano de 1997, tendo em vista a composição em cada categoria ocupacional separadamente. Dessa forma, verifica-se que do total pouco acima de 32% dedicavam-se a ocupações do setor Primário, 25,6% do Secundário e a maior concentração se apresenta no Terciário com 42,3% dos trabalhadores. Os Profissionais Liberais concentravam-se em mais de 90% no setor de serviços e pouco abaixo de 8% nas atividades secundárias. Como no período anteriormente analisado, localizavam-se particularmente em atividades de Serviços Sociais (quase 68%), embora nos serviços de manutenção e reparação se alocassem pouco acima de 20% dos ocupados desta categoria. Na Administração Pública a participação de pouco acima de 4% era composta por consultores especializados em várias áreas de especialização.

Os autônomos englobados na categoria de Outros Administradores correspondem a trabalhadores que possuem e gerenciam um montante de capital fixo investido na produção própria, que se situa num intervalo de valor amplo, e ocupam atividades de comerciantes, corretores, proprietários, produtores e diretores de espetáculos e eventos. Estes ocupados localizam-se em sua totalidade no setor de serviços, especificamente em serviços de manutenção ou reparação e em serviços auxiliares às empresas. Por sua vez, entre os qualificados com nível técnico de escolaridade, acima de 18% se alocam em atividades secundárias, em sua quase totalidade na

Indústria de Transformação e os demais 82% em atividades terciárias, concentrando-se especificamente nos Serviços de Manutenção e Reparação (quase 41%), nos serviços auxiliares às empresas (quase 23%) e nos Serviços Sociais (16%) em ocupações técnicas específicas descritas no Anexo. Podem ser encontrados ainda em outros setores terciários, com representatividades não significativas.

**Tabela 10**

**Distribuição Setorial da População Ocupada por Conta Própria segundo Categoria Ocupacional – Brasil**

Setores	Profis. Liberais	Outros Admin.	Qualific <sup>(1)</sup> .	Semi-qual.	Não-Qualific.	TOTAL
<b>TOTAL</b>	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
<b>PRIMÁRIO</b>	0,0	0,0	0,0	12,2	0,0	32,1
<b>SECUNDÁRIO</b>	7,6	0,0	18,4	45,1	0,9	25,6
Ind.Transformação	7,6	0,0	18,3	16,5	0,2	9,6
Ind.Construção	0,0	0,0	0,1	28,6	0,7	16,0
Demais Indústrias	0,0	0,0	0,1	0,02	0,01	0,0
<b>TERCIÁRIO</b>	92,4	100,0	81,5	42,7	99,1	42,3
Comércio	0,0	3,1	0,3	22,2	97,0	27,0
Transp. e Comunic.	0,0	0,7	0,1	0,0	0,0	0,0
Serviços de Manut. e Repar.	20,4	50,9	40,6	20,1	0,5	13,1
Serviços Sociais	67,8	0,0	16,1	0,3	0,1	0,6
Adm Pública	4,2	0,0	1,5	0,0	0,0	0,03
Serviços Auxiliares	0,0	43,5	22,8	0,1	1,1	1,5
Demais Serviços	0,0	1,9	0,0	0,0	0,4	0,1

Fonte dos dados brutos: IBGE-PNAD/1997. Elaboração da autora.

<sup>(1)</sup> Qualificados sem nível Superior de escolaridade.

A categoria de semi-qualificados é a única a ter participação no setor Primário, onde se alocam mais de 12% destes trabalhadores por Conta Própria, como tratoristas agrícolas, outros trabalhadores agrícolas, caçadores, pescadores, madeireiros, lenhadores, carvoeiros,

seringueiros, ervateiros, apanhadores de produtos vegetais, mineiros, entre outros. A maior parte de trabalhadores desta categoria se dedicam a atividades do Setor Secundário, particularmente na Construção (quase 29%) — como pedreiros, serventes de pedreiros, pintores, caiadores, estucadores, vidraceiros, asfaltadores, calafetes e operadores de máquinas da construção civil — e na Indústria de Transformação (mais de 16%), seja fornecendo seu trabalho para empresas (em geral de menor porte), seja produzindo produtos vendidos diretamente no mercado. Os demais se localizam no Terciário principalmente no Comércio — como vendedores, praticistas e viajantes, representantes comerciais e propagandistas — e em Serviços de Manutenção e Reparação — como mecânico de veículos, outros mecânicos, soldadores, rebitadores, ferreiros/serralheiros, funileiros, costureiras, alfaiates, modelistas, bordadeiras, cerzideiras, chapeleiros, sapateiros, marceneiros, carpinteiros, estofadores, reparadores de equipamentos elétricos, eletrônicos ou eletro-domésticos. São encontrados também autônomos nas atividades de Serviços Sociais e Auxiliares às empresas, com participações pouco significativas. Os ocupados por Conta Própria não-qualificados se localizam em sua quase totalidade em atividades do Comércio, embora representatividades pouco significativas sejam observadas no setor Secundário (menos de 1%) e em outras atividades de serviços.

A Tabela 11 apresenta uma abordagem diversa, onde são observadas para cada setor de atividades, a distribuição de autônomos segundo a categoria ocupacional. Para o total da economia, verifica-se que quase 3/4 dos ocupados por Conta Própria se alocam em ocupações de semi-qualificados, e quase 20% de não-qualificados. Nas atividades primárias, a totalidade se dedica a ocupações de semi-qualificados.

**Tabela 11****Distribuição da População Ocupada nos Setores segundo a Categoria Ocupacional de Conta Próprias – Brasil**

Setores	Profis. Liberais	Outros Admin.	Qualific <sup>(1)</sup> .	Semi-qual.	Não-Qualific.	TOTAL
<b>TOTAL</b>	0,2	2,7	2,5	74,8	19,9	100,0
<b>PRIMÁRIO</b>	0,0	0,0	0,0	100,0	0,0	100,0
<b>SECUNDÁRIO</b>	0,04	0,0	1,8	98,1	0,1	100,0
Ind.Transformação	0,03	0,1	3,6	96,2	0,2	100,0
Ind.Construção	0,0	0,0	0,02	99,3	0,7	100,0
Demais Indústrias	0,0	0,0	41,1	58,9	0,01	100,0
<b>TERCIÁRIO</b>	0,2	4,7	3,6	56,4	35,0	100,0
Comércio	0,0	0,2	0,0	45,9	53,8	100,0
Transp. e Comunic.	0,0	84,0	16,0	0,0	0,0	100,0
Serv. Manut. e Repar.	0,0	7,7	5,8	85,7	0,6	100,0
Serviços Sociais	0,1	0,0	50,2	30,9	2,2	100,0
Adm. Pública	0,0	0,0	82,1	0,0	0,0	100,0
Serviços Auxiliares	0,0	58,3	28,7	2,6	10,5	100,0
Demais Serviços	0,0	40,1	0,0	0,0	59,9	100,0

Fonte dos dados brutos: IBGE-PNAD/1997. Elaboração da autora.

<sup>(1)</sup> Qualificados sem nível Superior de escolaridade.

Com relação às atividades secundárias, também a quase totalidade de autônomos trabalha como semi-qualificado nas indústrias de Transformação e construção, porém em Outras Atividades industriais, estes representam cerca de 59%, enquanto que os demais se alocam como qualificados de nível técnico.

Entre os gêneros do Terciário observa-se maior heterogeneidade. Em cada gênero as concentrações de autônomos localizam-se em ocupações diferenciadas, de acordo com a necessidade de disponibilidade de capital fixo associada, ou particularmente com relação ao nível de qualificação requerido. Assim, no Comércio mais da metade de trabalhadores são não-qualificados e cerca de 46% exercem ocupações que exigem algum nível de qualificação, ou seja, semi-qualificados. O gênero de

Transportes e Comunicações agrega a maior representatividade de ocupações denominadas Outros Administradores (84% dos ocupados do gênero) — particularmente em ocupações de motoristas-proprietários de taxi e de outros veículos de carga — o mesmo se dando para os serviços auxiliares às empresas (58%). Já para os autônomos nas atividades de Manutenção e Reparação, quase 86% se concentra entre ocupações de semi-qualificados, enquanto que nos Serviços Sociais (Saúde, Educação e atividades sem fins lucrativos) e na Administração Pública, a concentração se localiza nas ocupações de qualificados de nível técnico.

### **2.3. A composição por idade**

O perfil por idade dos trabalhadores por Conta Própria brasileiros revela que a média geral se concentra em 41 anos e se situa ligeiramente acima da média global do país, de 38 anos, como observado na Tabela 12. Entre estes autônomos, a idade média da população ocupada masculina é ligeiramente superior à feminina, porém os diferenciais não são significativos para as diferentes categorias ocupacionais e os maiores desvios se verificam nas categorias de semi-qualificados, em que os homens se concentram em uma idade média superior de 43 anos e nas de não-qualificados, onde a concentração masculina é verificada na idade inferior de 36 anos .

O exame da distribuição dos ocupados segundo faixas de idade, permite constatar-se o trabalho de crianças, adolescentes e idosos entre estes autônomos. Com relação às crianças e adolescentes, observa-se para o Brasil como um todo uma participação de acima de 9% com idade entre 10 a 17 anos; no entanto entre os autônomos menos de 4% se concentram nesta faixa etária. A representatividade neste intervalo de idade é superior nas categorias de não-qualificados (pouco acima de 13%) e de qualificados de nível técnico.



**Tabela 12****Idade Média da População Ocupada por Conta Própria e Distribuição por Idade Brasil**

Categorias Ocupacionais	Idade Média			Distribuição por idade (%)		
	T	H	M	10 a 17 anos	18 a 59 anos	60 anos ou +
<b>Brasil</b>	38	38	38	9,3	84,6	6,0
<b>Conta Próprias</b>	41	42	40	3,7	83,0	13,3
Profissionais Liberais	39	39	39	0,0	100,0	0,0
Outros Admin.	39	39	40	1,5	93,7	4,8
Qualificados <sup>(1)</sup>	38	38	39	8,2	84,6	7,2
Semi-qualificados	42	43	40	1,2	83,1	15,7
Não-qualificados	37	36	38	13,1	80,8	6,2

Fonte dos dados brutos: IBGE-PNAD/1997. Elaboração da autora.

<sup>(1)</sup> Qualificados sem nível Superior de escolaridade

Nota: H = Homens; M = Mulheres.

No que se refere aos idosos a participação para o total de Conta Próprias de mais de 13%, é superior à média de autônomos desta faixa do país e as maiores concentrações se verificam também entre os não-qualificados, porém as ocupações de qualificados sem nível superior de escolaridade também concentram um percentual superior à média do país..

As diversidades espaciais em relação à concentração por idade média também não são consideráveis, como é possível ser visualizados nas Tabelas 13 e 14, que apresentam respectivamente as idades médias regionais e os Quocientes de Diferenciação Regional. Apesar da grande homogeneidade em relação à idade média de concentração, é possível observar-se que as regiões do Sul e do Nordeste apresentam médias superiores entre o total dos autônomos. Ao contrário do total dos ocupados brasileiros para os quais as maiores médias se encontram no Rio de Janeiro, para os autônomos nesta região as médias se situam entre as menores, juntamente com a zona urbana da região Norte.

**Tabela 13****Distribuição Regional da População ocupada fora das Empresas segundo Idade Média, por Categoria Ocupacional**

<b>Categorias Ocupacionais</b>	<b>BRASIL</b>	<b>RJ</b>	<b>SP</b>	<b>SUL</b>	<b>MG/ES</b>	<b>NE</b>	<b>C-O</b>	<b>NO<sup>(1)</sup></b>
<b>Brasil</b>	38	39	38	38	38	37	37	37
<b>Total Conta Próprias</b>	41	40	40	42	41	42	41	39
Profissionais Liberais	39	39	39	39	39	39	39	39
Outros Administr.	39	42	39	40	40	39	39	39
Qualificados	38	39	39	37	39	38	40	35
Semi-qualificados	42	40	41	42	42	43	42	42
Não Qualificados	37	39	39	38	37	36	37	34

Fonte dos dados brutos: IBGE-PNAD/1997. Elaboração da autora.

<sup>(1)</sup> Zona urbana.

**Tabela 14**

**Quocientes de Diferenciação Regional da População Ocupada por Conta Própria segundo Idade média, por Categoria Ocupacional**

<b>Categorias Ocupacionais</b>	<b>RJ</b>	<b>SP</b>	<b>SUL</b>	<b>MG/ES</b>	<b>NE</b>	<b>C-O</b>	<b>NO<sup>(1)</sup></b>
<b>Brasil</b>	1,04	1,01	1,00	1,00	0,98	0,98	0,98
<b>Total Conta Próprias</b>	1,05	1,07	1,10	1,09	1,10	1,09	1,04
Profissionais Liberais	1,02	1,02	1,02	1,02	1,02	1,02	1,02
Outros Administr.	1,10	1,03	1,06	1,07	1,04	1,02	1,02
Qualificados	1,04	1,04	0,97	1,03	1,00	1,05	0,92
Semi-qualificados	1,07	1,09	1,12	1,12	1,14	1,12	1,10
Não Qualificados	1,03	1,02	1,00	0,97	0,95	0,98	0,91

Fonte dos dados brutos: IBGE-PNAD/1997. Elaboração da autora.

Base: Total geral do Brasil. <sup>(1)</sup> Zona urbana.

Com relação às diferenças regionais em cada categoria ocupacional, verifica-se que para os Profissionais Liberais a média é a mesma em todas as regiões e ligeiramente superior à base brasileira. Para os semi-qualificados, com exceção do Rio de Janeiro e São Paulo, as diferenças constatadas nas demais regiões são as superiores entre os autônomos. As diversidades são também superiores entre as ocupações de Outros Administradores, com médias superiores para o Rio de Janeiro seguido da região que engloba Minas Gerais e Espírito Santo. Apenas entre os não-qualificados das regiões de Minas Gerais, Espírito Santo, Nordeste, Centro-Oeste e zona urbana do Norte as idades médias são inferiores à base do Brasil.

Uma observação sobre as diferenças idade média global e na representatividade do trabalho infantil e de adolescentes, por um lado, e por outro de idosos entre os Conta Próprias é possibilitada pelas Tabelas 15 e 16. Tendo como base de comparação a média brasileira de idade em cada faixa etária, observam-se diferenças regionais consideráveis. Primeiramente, constata-se em todas as regiões que entre 80% a 88% dos autônomos estão na faixa etária de 18 a 59 anos, que consiste no intervalo de idade considerado adequado à prática normal do trabalho.

As diferenças regionais nesta participação são 10% superiores no Rio de Janeiro e em São Paulo. Porém o exame entre os dois gêneros revela que a concentração das mulheres é superior nesta faixa, e em quase todas as regiões é superior à média brasileira (atingindo entre 86% a quase 94%), com exceção do Nordeste onde se aproxima da média.

Para o trabalho infantil e adolescente, observam-se maiores diversidades que no caso anterior, desde que os quocientes para o total de São Paulo, Sul e Centro-Oeste apresentam-se inferiores à média respectivamente em 30%, 50% e 20%, significando um avanço em relação às demais regiões. Os demais quocientes apresentam-se acima da unidade, refletindo o menor desenvolvimento relativo das regiões e a zona urbana da região Norte mostra uma participação consideravelmente superior (110%), ou seja quase 8% dos ocupados autônomos encontram-se nesta faixa etária. Nesta faixa a situação do Rio de Janeiro, Minas Gerais e Espírito Santo e do Nordeste se aproximam. Com relação ao gênero, os indicadores mostram um comportamento heterogêneo entre as regiões em relação ao grau de participação, embora em quase todos os casos (excetua-se Minas Gerais e Espírito Santo) a participação masculina é superior. Em três das últimas regiões citadas para o global do país, a representatividade de ocupados do gênero masculino é consideravelmente superior à das mulheres. A região Sul é a que apresenta a menor participação de mulheres.

**Tabela 15****Distribuição da População Ocupada como Conta Própria por Grupos de Idade segundo Gênero por Região (%)**

Regiões	10 a 17 anos			18 a 59 anos			60 anos ou +		
	T	H	M	T	H	M	T	H	M
BRASIL	3,7	3,9	3,2	83,0	80,2	89,8	13,3	15,9	6,9
RIO DE JANEIRO	4,2	5,2	3,1	87,5	82,9	92,4	8,3	11,9	4,6
SÃO PAULO	2,6	2,9	2,3	88,0	84,3	93,7	9,4	12,8	4,1
SUL	1,8	1,8	1,5	84,9	82,8	91,2	13,3	15,4	7,3
MG/ES	4,2	3,8	5,0	81,4	78,4	88,7	14,4	17,8	6,3
NORDESTE	4,3	4,5	3,8	80,3	78,3	86,1	15,4	17,2	10,0
CENTRO-OESTE	3,0	3,2	2,3	84,8	81,3	93,3	12,3	15,5	4,4
NORTE <sup>(1)</sup>	7,8	9,1	4,8	82,0	77,9	91,4	10,1	12,9	3,8

Fonte dos dados brutos: IBGE-PNAD/1997. Elaboração da autora.

<sup>(1)</sup> Zona urbana.

**Tabela 16****Quociente de Diferenciação Regional\* dos Ocupados por Conta Própria por Grupos de Idade segundo Gênero**

Categorias Ocupacionais	10 a 17 anos			18 a 59 anos			60 anos ou +		
	T	H	M	T	H	M	T	H	M
BRASIL	1,0	1,1	0,9	1,0	1,0	1,1	1,0	1,2	0,5
RIO DE JANEIRO	1,1	1,4	0,8	1,1	1,0	1,1	0,6	0,9	0,3
SÃO PAULO	0,7	0,8	0,6	1,1	1,0	1,1	0,7	1,0	0,3
SUL	0,5	0,5	0,4	1,0	1,0	1,1	1,0	1,2	0,5
MG/ES	1,1	1,0	1,3	1,0	0,9	1,1	1,1	1,3	0,5
NORDESTE	1,2	1,2	1,0	1,0	0,9	1,0	1,2	1,3	0,8
CENTRO-OESTE	0,8	0,9	0,6	1,0	1,0	1,1	0,9	1,2	0,3
NORTE	2,1	2,4	1,3	1,0	0,9	1,1	0,8	1,0	0,3

Fonte dos dados brutos: IBGE-PNAD/1997. Elaboração da autora.

\*Base: Total do Brasil.

Com relação aos idosos, para o global dos autônomos as diferenças em relação à média também são mais significativas para o Rio de Janeiro e São Paulo, que apresentam participações cerca de 30% e 40% inferiores nesta faixa e embora em menor grau, também são inferiores as representatividades no Centro-Oeste e no Norte. A maior concentração de idosos é constatada no Nordeste (20% acima da média de participação). Em todas as regiões as idosas apresentam uma participação significativamente inferior, que se situa em 70% abaixo da média brasileira desta faixa etária para Rio, São Paulo, Centro-Oeste e Norte, e, 50% para Minas Gerais e Espírito Santo e 20% para o Nordeste. Ao contrário entre os homens, em quase todas as regiões a concentração é superior ou igual à média, com exceção do Rio de Janeiro, onde é 10% inferior.

#### **2.4. O nível de escolaridade**

O nível de qualificação pode ser dado basicamente pela escolaridade mensurada por anos de estudo em ensino regular, mas também por estudo em cursos técnicos adicionais ou treinamento no trabalho (*in the job*). As Tabelas 17 e 18 permitem observar-se para o global do país as diferenças de escolaridade média encontradas entre as categorias ocupacionais que requerem níveis de qualificação específicos. De uma forma global a escolaridade dos autônomos apresenta-se cerca de 20% inferior à da média brasileira, porém com diversidades entre os gêneros, quando se considera como base de comparação o total de cada gênero separadamente (Base 1). Os ocupados do gênero masculino apresentam o mesmo Quociente mencionado em relação à média brasileira do gênero, a escolaridade feminina média das que trabalham por conta Própria é a mesma que a feminina brasileira, e superior à masculina. O maior número de anos de estudo das mulheres é encontrado em quase todas as categorias ocupacionais, com exceção das ocupações de Outros Administradores e qualificados sem nível superior, onde se iguala.

Examinando-se primeiramente as diferenças de escolaridade entre as categorias nas Tabelas 17 e 18, observa-se a diferença de escolaridade dos Profissionais Liberais em relação à média do país é de cerca de 8 anos de estudo, correspondente a um grau 140% superior, o que se repete para os ocupados masculinos, enquanto que as mulheres apresentam uma diferença de 7 anos, ligeiramente inferior (120%) em relação à média brasileira do gênero.

**Tabela 17**

**Escolaridade Média\* dos Trabalhadores como Conta Própria, por Categoria Ocupacional segundo o Gênero**

<b>Brasil</b>			
<b>Categorias Ocupacionais</b>	<b>TOTAL</b>		
	<b>T</b>	<b>H</b>	<b>M</b>
<b>BRASIL</b>	5	5	6
<b>Conta Próprias</b>	4	4	6
Profissionais Liberais	13	12	13
Outros Administradores	9	9	9
Qualificados <sup>(1)</sup>	8	8	8
Semi-qualificados	4	3	5
Não-qualificados	4	4	5

Fonte dos dados brutos: IBGE-PNAD/1997. Elaboração da autora.

\* Anos de estudo. <sup>(1)</sup> Sem nível superior de escolaridade.

As categorias de Outros Administradores e de qualificados de nível técnico também revelam diferenças significativas acima da média, respectivamente de 4 e 3 anos, enquanto que os semi-qualificados e não qualificados se equivalem em nível de escolaridade com quocientes negativos. No entanto esta equivalência da média não capta a considerável heterogeneidade destes trabalhadores, que podem ser representados por atividades com requisitos muito distantes de qualificação, como por exemplo, o trato da terra e atividades de manutenção e reparação que exigem um nível de conhecimento e habilidades superiores.

**Tabela 18****Quociente de Diferenciação da Escolaridade Média dos Ocupados por Conta Própria, por Categoria Ocupacional segundo Gênero**

**Brasil**

Categorias Ocupacionais	T	Base 1		Base 2	
		H	M	H	M
<b>BRASIL</b>	1,0	1,0	1,0	0,9	1,1
<b>Conta Próprias</b>	0,8	0,8	1,0	0,7	1,1
Profissionais Liberais	2,4	2,4	2,2	2,2	2,4
Outros Administradores	1,7	1,8	1,5	1,7	1,7
Qualificados <sup>(1)</sup>	1,5	1,6	1,3	1,5	1,5
Semi-qualificados	0,6	0,6	0,8	0,6	0,9
Não-qualificados	0,8	0,8	0,8	0,7	0,9

Fonte dos dados brutos: IBGE-PNAD/1997. Elaboração da autora.

\*Nota : Base 1 = total do gênero; Base 2 = Média global do país. <sup>(1)</sup> Sem nível Superior de escolaridade.

Os Quocientes de Diferenciação tendo como base a média global dos trabalhadores do país (Base 2) que era de 5 anos de estudo em 1997, mostram que a escolaridade feminina entre os ocupados por Conta Própria em média é superior, embora em um grau não muito significativo, porém a masculina é consideravelmente inferior. Entre as categorias ocupacionais observa-se que os Profissionais Liberais, os Outros Administradores e os não-qualificados masculinos apresentam nível de escolaridade ligeiramente inferior à média global do país do que à média do gênero, enquanto que entre as mulheres a superioridade, quando comparadas as duas bases, se dá nos grupos de Outros Administradores, semi-qualificadas e não-qualificadas.

Uma análise das diferenças regionais de escolaridade dos trabalhadores por Conta Própria é possibilitada a partir das Tabelas 19, 20 e 21. A Tabela 20 apresenta os quocientes de diferenciação tendo como base de comparação a escolaridade média do total dos trabalhadores brasileiros. É verificado inicialmente a superioridade do grau de escolaridade do total dos autônomos do Rio de Janeiro e de São Paulo cujos



indicadores se mostram acima da unidade, enquanto que para as demais regiões se mostram abaixo; o Nordeste apresenta o nível inferior, enquanto que o Centro-Oeste se aproxima da média. A observação segundo a categoria ocupacional revela que entre os Profissionais Liberais, embora todas as regiões o grau de superioridade em relação à média dos trabalhadores brasileiros seja considerável, observa-se uma dispersão ligeiramente inferior para a região que engloba Minas Gerais e Espírito Santo e as maiores dispersões são apresentadas pelo Rio de Janeiro, Centro-Oeste e a zona urbana do Norte.

Os níveis de escolaridade se situam abaixo da média nacional apenas entre os autônomos semi-qualificados das regiões do Sul, Minas Gerais e Espírito Santo, Nordeste (significativamente inferior), Centro-Oeste e Norte, bem como para os não-qualificados das regiões de São Paulo, Nordeste e zona urbana do Norte. Note-se que os não-qualificados das demais regiões apresentam escolaridade igual à média global do país.

**Tabela 19**

**Escolaridade Média\* dos Ocupados por Conta Própria por Categoria Ocupacional segundo a Região**

<b>Categorias Ocupacionais</b>	<b>BRASIL</b>	<b>RJ</b>	<b>SP</b>	<b>SUL</b>	<b>MG/ES</b>	<b>NE</b>	<b>C-O</b>	<b>NO<sup>(2)</sup></b>
<b>BRASIL</b>	5	7	7	6	5	4	6	5
<b>Conta Próprias</b>	5	6	6	5	5	3	5	4
Profissionais Liberais	13	14	13	13	12	13	14	14
Outros Administradores	9	9	9	8	9	8	7	7
Qualificados <sup>(1)</sup>	8	9	9	8	7	7	8	8
Semi-qualificados	4	6	6	4	4	2	4	4
Não-qualificados	4	5	5	6	5	4	6	4

Fonte dos dados brutos: IBGE-PNAD/1997. Elaboração da autora.

\* Em Anos de Estudo. <sup>(1)</sup> Sem nível Superior de escolaridade. <sup>(2)</sup> Zona urbana.

**Tabela 20**

**Quociente de Diferenciação Regional\* da Escolaridade Média dos Conta  
Própria por Categoria Ocupacional**

<b>Categorias Ocupacionais</b>	<b>RJ</b>	<b>SP</b>	<b>SUL</b>	<b>MG/ES</b>	<b>NE</b>	<b>C-O</b>	<b>NO<sup>(2)</sup></b>
<b>Total Ocupados</b>	1,4	1,4	1,1	1,0	0,8	1,1	1,0
<b>Conta Próprias</b>	1,2	1,2	0,8	0,8	0,6	0,9	0,8
Profissionais Liberais	2,6	2,5	2,4	2,2	2,4	2,6	2,6
Outros Administradores	1,7	1,7	1,5	1,7	1,5	1,4	1,2
Qualificados <sup>(1)</sup>	1,7	1,7	1,4	1,4	1,2	1,4	1,4
Semi-qualificados	1,2	1,2	0,8	0,7	0,4	0,8	0,8
Não-qualificados	1,0	0,9	1,0	1,0	0,7	1,0	0,8

Fonte dos dados brutos: IBGE-PNAD/1997. Elaboração da autora.

\* Base = Média global do país. <sup>(1)</sup> Sem nível Superior. <sup>(2)</sup> Zona urbana.

**Tabela 21**

**Quociente de Diferenciação Regional \* da Escolaridade Média dos Ocupados  
por Conta Própria segundo Categoria Ocupacional**

<b>Categorias Ocupacionais</b>	<b>Brasil</b>	<b>RJ</b>	<b>SP</b>	<b>SUL</b>	<b>MG/ES</b>	<b>NE</b>	<b>C-O</b>	<b>NO<sup>(2)</sup></b>
<b>Conta Próprias</b>	1,0	1,4	1,4	1,0	1,0	0,7	1,0	0,9
Profissionais Liberais	1,0	1,1	1,0	1,0	0,9	1,0	1,1	1,1
Outros Administradores	1,0	1,0	1,0	0,9	1,0	0,9	0,8	0,7
Qualificados <sup>(1)</sup>	1,0	1,2	1,2	0,9	0,9	0,8	0,9	0,9
Semi-qualificados	1,0	1,9	1,8	1,3	1,1	0,7	1,3	1,2
Não-qualificados	1,0	1,2	1,1	1,2	1,2	0,9	1,3	1,0

Fonte dos dados brutos: IBGE-PNAD/1997. Elaboração da autora.

\* Base = categoria ocupacional. <sup>(1)</sup> Sem nível Superior. <sup>(2)</sup> zona urbana.

A Tabela 21 retrata os Quocientes tendo como base o total de Conta Próprias de cada categoria ocupacional. A partir deste enfoque observa-se que para o total de

autônomos, as regiões do Rio e de São Paulo continuam apresentando considerável superioridade, enquanto o Nordeste mostra grau significativamente inferior e em menor grau o Norte. O mesmo comportamento se observa quando examinadas as categorias ocupacionais separadamente. As regiões do Sul, Minas e Espírito Santo e Centro-Oeste situam-se na média do total de autônomos. As dispersões de grau de escolaridade entre os Profissionais Liberais é pouco significativa e apenas em Minas e Espírito Santo, o indicador é ligeiramente menor que a unidade. Entre os Outros Administradores, maiores diversidades são mostradas pelo Centro-Oeste e Norte com menor nível. As diferenças mais notáveis se encontram entre os semi-qualificados, que são os mais representativos entre os autônomos e os que apresentam maior heterogeneidade na natureza das ocupações; para estes trabalhadores, o Rio de Janeiro e São Paulo apresentam indicadores respectivamente 90% e 80 % superiores, o Sul, Centro-Oeste e Norte entre 30% e 20%, ao passo que Quociente para o Nordeste é 30% inferior.

## **2.5. A jornada de trabalho**

A distribuição da jornada de trabalho dos ocupados por Conta Própria é visualizada nas Tabelas 22 e 23 que apresentam a concentração destes trabalhadores segundo o número de horas trabalhadas por semana. Constata-se primeiramente na Tabela 22 que a concentração do total de autônomos é distribuída quase que equitativamente entre os períodos de horas trabalhadas por semana: cerca de 31% trabalham um período menor que 30 horas semanais, quase 35% se ocupam na jornada regular de trabalho dos demais trabalhadores de empresas, que se situam entre 40 e 48 horas, e 35% acima de 49 horas.

**Tabela 22**

**Distribuição da População Ocupada por Conta Própria, por Horas Trabalhadas na Semana, segundo Gênero, por Categoria Ocupacional**

Categorias Ocupacionais	Brasil (%)								
	Até 39 horas			40 a 48 horas			49 Horas ou +		
	T	H	M	T	H	M	T	H	M
<b>Brasil</b>	28,6	17,8	45,1	49,9	55,7	41,0	21,5	26,5	13,8
<b>Conta Próprias</b>	30,7	21,8	52,3	34,6	38,8	24,4	34,6	39,3	23,3
Profissionais Liberais	39,0	10,4	42,7	53,7	49,1	54,3	7,2	40,6	3,0
Outros Administradores	21,1	17,6	32,8	40,5	42,3	34,5	38,4	40,1	32,7
Qualificados <sup>(1)</sup>	60,2	56,5	66,7	25,8	27,1	23,4	14,0	16,3	9,9
Semi-qualificados	24,2	17,4	44,3	37,1	40,7	26,5	38,6	41,8	29,2
Não-qualificados	52,7	39,4	69,6	25,2	30,4	18,6	21,9	29,9	11,7

Fonte dos dados brutos: IBGE-PNAD/1997. Elaboração da autora. <sup>(1)</sup> Sem nível Superior de escolaridade.

No entanto, as diferenças entre categorias ocupacionais são muito grandes. Os Profissionais Liberais são os que concentram maior número (próximo a 54%) de ocupados no período regular de 40 a 48 horas por semana e o menor número (acima de 7%) dos que trabalham acima desta jornada. Por outro lado, os qualificados de nível técnico e os não-qualificados são os que mais se concentram (60% e quase 53% respectivamente) em jornadas inferiores a 40 horas semanais, sendo que os primeiros também apresentam um percentual relativamente baixo acima de 48 horas (14%). Os Outros Administradores e os semi-qualificados também mostram a menor representatividade de trabalhadores que se ocupam menos que 40 horas.

As diferenças entre gêneros revelam que o número de mulheres que trabalham menos de 40 horas é consideravelmente superior (mais de 52%) do que de homens (quase 22%), e os autônomos que se ocupam mais de 40 horas semanais se distribuem igualmente entre os dois outros períodos de jornada, para os dois gêneros. Observando-se separadamente as categorias ocupacionais é verificado que nas ocupações de qualificados de nível técnico e de não qualificados, as mulheres chegam a se alocar respectivamente em quase 67% e 70% nos períodos inferiores a

40 horas, enquanto que apenas 3% e cerca de 10% se alocam nas categorias de Profissionais Liberais e qualificados de nível técnico respectivamente. Entre os homens, a menor representatividade em períodos inferiores a 40 horas se verifica entre os Profissionais Liberais (10%), Outros Administradores e semi-qualificados (pouco acima de 17%) e nestas categorias os homens se dividem de forma relativamente igual nos períodos acima de 40 horas, e apenas os primeiros concentram-se um pouco mais nas jornadas de 40 a 48 horas.

A tabela 23 apresenta os Quocientes de Diferenciação do número de horas trabalhadas por semana com relação à média global dos trabalhadores do país em cada período separadamente. Entre os ocupados por Conta Própria que trabalham menos de 40 horas, observa-se uma concentração consideravelmente superior na categoria de qualificados de nível técnico, para os dois gêneros, com intensidade um pouco maior para a população feminina. Também os não-qualificados revelam alta diferença em relação à média e consideravelmente superior entre as mulheres. Para os Profissionais Liberais, a situação é diversa, pois os homens apresentam uma concentração muito baixa de trabalhadores neste período com um quociente muito inferior à unidade (60%) enquanto que as mulheres apresentam um indicador superior (em 50%). Na categoria de semi-qualificados a situação é a mesma, porém devido à representatividade diferenciada de homens e mulheres nestas duas categorias, os indicadores que consideram a soma dos gêneros mostram-se acima da unidade na categoria anterior (devido ao maior número de mulheres) e inferior à unidade nesta última categoria.

**Tabela 23**

**Quociente de Diferenciação da Distribuição da População por Conta Própria,  
por Horas Trabalhadas na Semana, segundo o Gênero, por Categoria  
Ocupacional Brasil**

Categorias Ocupacionais	Até 39 horas			40 a 48 horas			49 Horas ou +		
	T	H	M	T	H	M	T	H	M
<b>Brasil</b>	1,0	0,6	1,6	1,0	1,1	0,8	1,0	1,2	0,6
<b>Conta Próprias</b>	1,1	0,8	1,8	0,7	0,8	0,5	1,6	1,8	1,1
Profissionais Liberais	1,4	0,4	1,5	1,1	1,0	1,1	0,3	1,9	0,1
Outros Administradores	0,7	0,6	1,1	0,8	0,8	0,7	1,8	1,9	1,5
Qualificados <sup>(1)</sup>	2,1	2,0	2,3	0,5	0,5	0,5	0,7	0,8	0,5
Semi-qualificados	0,8	0,6	1,5	0,7	0,8	0,5	1,8	1,9	1,4
Não-qualificados	1,8	1,4	2,4	0,5	0,6	0,4	1,0	1,4	0,5

Fonte dos dados brutos: IBGE-PNAD/1997. Elaboração da autora.

Base: Total global do Brasil em cada período de horas. <sup>(1)</sup> Sem nível Superior de escolaridade.

Com relação à jornada normal de trabalho de 40 a 48 horas, o quociente para o total de autônomos mostra-se 30% inferior à concentração global dos trabalhadores do país e particularmente ainda inferior (50%) para as mulheres. Entre as categorias ocupacionais, apenas os Profissionais Liberais apresentam concentração na média (para os homens) e ligeiramente superior (para as mulheres), enquanto que nas demais categorias, a concentração neste período é consideravelmente inferior (entre 20% e 60% abaixo da unidade), sendo o menor indicador observado para as mulheres não-qualificadas.

A concentração de autônomos que trabalham acima de 49 horas nas diferentes categorias, apresenta-se significativamente heterogênea. De um modo global, os índices dos autônomos situam-se muito acima da média do país para os homens (80%) e próximo à média para as mulheres. As maiores diferenças encontram-se novamente entre os Profissionais Liberais que mostram uma concentração masculina consideravelmente superior às média do país, enquanto que as mulheres apresentam indicador próximo a zero. Nas ocupações de Outros Administradores e de semi-

qualificados, a concentração é significativamente superior (80% na soma dos dois gêneros) e com maior intensidade entre os homens. Quocientes negativos (30%) são encontrados entre os qualificados sem nível superior de escolaridade também com menor afastamento da média para os homens.

As diferenças regionais na distribuição dos autônomos entre as várias jornadas de trabalho podem ser examinadas a partir das Tabelas 24 e 25.

**Tabela 24**

**Distribuição Regional da População Ocupada por Conta Própria por Horas Trabalhadas segundo o Gênero**

Regiões	Até 39 horas			40 a 48 horas			49 Horas ou +		
	T	H	M	T	H	M	T	H	M
BRASIL	30,7	21,8	52,3	34,6	38,8	24,4	34,6	39,3	23,3
RIO DE JANEIRO	36,6	21,1	53,0	31,2	36,5	25,7	32,0	42,1	21,2
SÃO PAULO	27,7	16,0	46,1	29,3	31,9	25,2	42,6	51,5	28,5
SUL	23,6	15,8	46,5	24,1	23,9	24,7	52,2	60,2	28,8
MG/ES	31,0	20,7	56,0	30,4	33,7	22,5	38,4	45,4	21,4
NORDESTE	34,3	26,5	57,8	43,3	49,4	24,7	22,4	24,1	17,5
CENTRO-OESTE	25,7	16,4	48,2	28,2	29,8	24,3	46,1	53,7	27,3
NORTE*	30,7	23,3	47,5	30,7	35,4	19,9	38,4	41,1	32,3

Fonte dos dados brutos: IBGE-PNAD/1997. Elaboração da autora.

\* Zona urbana.

Tabela 25

**Índice de Diferenciação Regional da Distribuição Ocupados por Conta Própria  
por Horas Trabalhadas segundo o Gênero**

Categorias Ocupacionais	Até 39 horas			40 a 48 horas			49 Horas ou +		
	T	H	M	T	H	M	T	H	M
BRASIL	1,0	0,7	1,7	1,0	1,1	0,7	1,0	1,1	0,7
RIO DE JANEIRO	1,2	0,7	1,7	0,9	1,1	0,7	0,9	1,2	0,6
SÃO PAULO	0,9	0,5	1,5	0,8	0,9	0,7	1,2	1,5	0,8
SUL	0,8	0,5	1,5	0,7	0,7	0,7	1,5	1,7	0,8
MG/ES	1,0	0,7	1,8	0,9	1,0	0,6	1,1	1,3	0,6
NORDESTE	1,1	0,9	1,9	1,3	1,4	0,7	0,6	0,7	0,5
CENTRO-OESTE	0,8	0,5	1,6	0,8	0,9	0,7	1,3	1,6	0,8
NORTE*	1,0	0,8	1,5	0,9	1,0	0,6	1,1	1,2	0,9

Fonte dos dados brutos: IBGE-PNAD/1997. Elaboração da autora.

Base: Total do Brasil em cada período de horas. \* Zona urbana

Tendo como base o global do país para cada período de horas separadamente, observa-se que as concentrações de trabalhadores nesta faixa são consideravelmente diferenciadas entre os gêneros. Entre os que trabalham menos que 40 horas semanais, os homens apresentam concentrações abaixo da média em todas as regiões e as variações entre as regiões se situam em uma gama de 16% a 27% dos autônomos do gênero masculino que se concentram nesta faixa. O menor afastamento da média, ou seja as maiores concentrações relativas, se encontram no Nordeste e no Norte, enquanto que em São Paulo, Sul e Centro-Oeste verificam-se as menores concentrações ou maior afastamento da média. Afastamento inverso se dá com as mulheres, que em todas as regiões revelam quocientes consideravelmente acima da unidade (em 50% a 90%), significando maior concentração de trabalhadoras em relação à média do país. As variações entre as regiões mostram que entre 46% e 58% das mulheres que trabalham por Conta Própria se situam neste período. No Nordeste e em Minas Gerais e Espírito Santo encontram-se as maiores intensidades.



Para os trabalhadores que se ocupam em um período igual à jornada regular do trabalho nas empresas, ou seja, de 40 a 48 horas semanais, observa-se entre os homens que também no Nordeste ocorre a maior concentração (40% acima da média). No Sul o quociente é inferior à unidade em 30% e em São Paulo e Centro-Oeste é 10%, enquanto que nas demais regiões se aproxima da média. Para as mulheres os quocientes revelam uma concentração heterogênea, entre 30% e 40% abaixo da unidade, em todas as regiões, que equivale a uma concentração de trabalhadoras nesta jornada entre 20% a 26% do total feminino de Conta Próprias.

Observando-se os autônomos que se ocupam mais de 48 horas por semana, é verificado para os homens apenas para o Nordeste um quociente inferior à unidade, que corresponde a 24% de trabalhadores ali concentrados. Entre as demais regiões, os afastamentos da média são positivos, com diversas intensidade, constatando-se para o Rio de Janeiro, Minas Gerais e Espírito Santo e Norte, as menores dispersões em relação à média (20% e 30%), e para São Paulo, Sul e Centro-Oeste as maiores dispersões (entre 50% e 70%). No que se refere às mulheres, as dispersões são todas negativas, com maior intensidade no Nordeste (50%) e no Rio de Janeiro e Norte (40%).

Em suma observa-se que as diferenças de intensidades de concentração de trabalhadores por Conta Própria nas várias jornadas de trabalho apresenta relação com o nível de desenvolvimento regional, pois constata-se três grupos distintos de regiões com concentrações similares em cada período. Estes grupos podem ser identificados como: a) composto pela região menos avançada do Nordeste, onde o comportamento é grandemente diferenciado; b) de concentração intermediária, formado pela região do Sul c) um grupo de concentração homogênea formado pelas demais regiões.

## 2.6. O rendimento médio

Em pesquisa anterior para o final da década de oitenta (Kon, 1995), a situação do rendimento médio dos trabalhadores autônomos revelava que os Profissionais Liberais recebiam melhores remunerações que os qualificados das empresas, pois 78% ganhavam acima de 5 Salários Mínimos (SM) e 62% auferiam acima de 10 SM. Nesta categoria, para a faixa de remunerações de 5 a 10 SM, as mulheres se concentravam mais intensamente, ao contrário do que ocorria na classe superior de rendimentos. Os demais autônomos se encontravam em situação precária, observando-se que em torno de 70% ganhavam até 3 SM e destes, as mulheres se situavam preferencialmente na faixa de 1 SM. Estes trabalhadores, de um modo geral, auferiam ganhos comparáveis com a média dos semi-qualificados de menores qualificações das empresas.

A Tabela 26 apresenta os rendimentos médios em SM da população ocupada por Conta Própria por categorias ocupacionais, para o total do país e segundo o gênero e do total de trabalhadores brasileiros com e sem carteira, de modo a possibilitar uma comparação dos ganhos dos autônomos em relação aos demais. Observa-se inicialmente que os rendimentos médios dos Conta Próprias (3 SM) se situam abaixo da média global brasileira, porém acima do ocupados que trabalham sem carteira assinada.

**Tabela 26****Rendimento Médio\* da População Ocupada por Conta Própria, segundo Categoria Ocupacional segundo Gênero - Brasil**

Categorias Ocupacionais	Rendimento Médio <sup>(2)</sup>			Qdij <sup>(3)</sup>		
	T	H	M	T	H	M
<b>BRASIL</b>	3,6	4,0	3,0	1,0	1,1	0,8
<b>Com Carteira</b>	4,6	5,0	2,6	1,3	1,4	1,1
<b>Sem Carteira</b>	2,6	3,0	2,0	0,7	0,8	0,6
<b>Conta Próprias</b>	3,0	3,0	3,0	0,8	0,8	0,8
Profissionais Liberais	6,9	6,0	7,0	1,9	1,7	1,9
Outros Administradores	6,8	7,0	6,0	1,9	1,9	1,7
Qualificados <sup>(1)</sup>	4,6	5,0	4,0	1,3	1,4	1,1
Semi-qualificados	3,0	3,0	3,0	0,8	0,8	0,8
Não-qualificados	2,6	3,0	2,0	0,7	0,8	0,6

Fonte dos dados brutos: IBGE-PNAD/1997. Elaboração da autora.

<sup>(1)</sup> Sem nível superior de escolaridade. <sup>(2)</sup> Em Salários Mínimos. <sup>(3)</sup> Base = Média global do Brasil.

No entanto, esta média dos trabalhadores autônomos reflete a concentração considerável dos semi-qualificados, que se situam em média neste patamar de rendimentos, desde que apenas os não-qualificados apresentam ganhos inferiores (que se igualam aos sem carteira das empresas) e as demais categorias auferem remuneração superior. Os Profissionais Liberais e os denominados Outros Administradores situam-se no mesmo nível de rendimentos, que se iguala também a média de rendimentos da Classe Dirigente assalariada (não proprietários) das empresas, porém que supera ligeiramente as remunerações dos qualificados de nível Superior de escolaridade das empresas (6 SM). Os qualificados de nível técnico de escolaridade, na situação de trabalhadores por Conta Própria recebem rendimentos (4,6 SM) ligeiramente inferiores aos das empresas (5 SM na área da Produção e 6 SM na Administração). Observando-se as diferenças entre gêneros, embora a média dos autônomos e a categoria de maior peso (semi-qualificados) se igualem para os dois gêneros, constata-se uma vantagem para as mulheres na categoria de Profissionais Liberais e uma desvantagem nas demais categorias. Os Qdij

confirmam que embora as ocupações dos trabalhadores por Conta Própria em sua maior representatividade apresentem desvantagens em relação à remuneração é constatado um grupo de ocupações (mais de 20% dos autônomos) que apresentam rendimentos médios muito superiores à média global dos trabalhadores brasileiros.

A distribuição dos ocupados por Conta Própria por faixas de rendimentos para cada categoria ocupacional separadamente é apresentada na Tabela 27, onde é possível observar-se para o global destes ocupados uma participação de acima de 64% que ganham até 3 SM e mais de ¼ (27%) até 1 SM. A representatividade dos Profissionais Liberais em faixas superiores a 5 SM é superior a 70%, porém a maior concentração se dá ainda com remunerações superiores a 10 SM (acima de 42%). No entanto, constata-se também um número não desprezível destes profissionais que auferem ganhos consideravelmente inferiores, até 5 SM (quase 28%) e 12% ganham menos de 3 SM.

**Tabela 27**

**Distribuição do Rendimento Médio da População Ocupada por Conta Própria segundo Faixas de Rendimento<sup>(2)</sup> por Categoria Ocupacional Brasil**

<b>Categorias Ocupacionais</b>	<b>Até 1</b>	<b>de 1 a 3</b>	<b>de 3 a 5</b>	<b>de 5 a 10</b>	<b>+ de 10</b>	<b>Sem rend</b>
<b>Brasil</b>	12,1	36,9	14,8	12,4	10,2	13,7
<b>Conta Próprias</b>	27,0	37,3	13,1	10,9	9,4	2,4
Profissionais Liberais	0,0	12,0	17,5	28,1	42,4	0,0
Outros Administradores	3,5	15,8	14,5	30,6	35,3	0,3
Qualificados <sup>(1)</sup>	13,7	32,0	18,1	16,3	15,5	4,4
Semi-qualificados	28,8	37,4	13,1	10,5	9,4	0,7
Não-qualificados	25,2	40,5	12,4	8,6	4,6	8,7

Fonte dos dados brutos: IBGE-PNAD/1997. Elaboração da autora.

<sup>(1)</sup> Sem nível superior de escolaridade. <sup>(2)</sup> Em Salários Mínimos.

Os Outros Administradores, que em média se igualam aos anteriormente analisados, apresentam uma distribuição ligeiramente menos concentrada em remunerações de mais de 5 SM (próximo a 66%), porém a maior concentração também se dá na faixa superior (mais de 35%). Estes ocupados, que se caracterizam por serem proprietários de um montante próprio de capital investido, apresentam uma heterogeneidade em relação ao nível de investimento, desde que se observa que cerca de 1/3 destes trabalhadores ganham até 5 SM (34%) e quase 20% recebem rendimentos até 3 SM, o que corresponde a ocupações de baixa relação capital trabalho. Os ocupados qualificados que apresentam nível técnico de escolaridade se concentram de forma preponderante na faixa de 1 a 3 SM (32%) e surpreendentemente mais de 18% ganham menos de 1 SM (considerando-se os sem rendimento), o que provavelmente resulta de uma dedicação à jornada regular de trabalho correspondente a um baixo número de horas. No entanto na faixa superiores de remuneração se situam quase 16%.

Com relação aos semi-qualificados que, como vimos, correspondem à maior representatividade dos Conta Próprias e a maior heterogeneidade de ocupações e de níveis de rendimentos, apresenta uma participação considerável de trabalhadores que ganham até 3 SM (quase 66%) com a maior concentração na faixa de 1 a 3 SM (acima de 37%). Esta constatação confirma a afirmação de que, no Brasil, a maior parte dos trabalhadores por Conta Própria apresentam condições precárias de remuneração. A heterogeneidade da natureza das ocupações é constatada pela participação de trabalhadores que se situam em faixas superiores a 5 SM (21%) e embora com nível de semi-qualificação, encontram-se uma representatividade não desprezível de ocupados que ganham mais de 10 SM.

Como esperado, os trabalhadores não-qualificados se concentram em sua grande maioria em faixas de remuneração inferiores a 3 SM (quase 66%) e uma participação considerável não apresentam rendimentos monetários (8,7%). Porém a maior concentração não se dá na faixa inferior de remuneração, porém na faixa de 1 a 3 SM (41%). É interessante a constatação de que cerca de mais de 13 % auferem

ganhos superiores a 5 SM, o que se refere provavelmente a ocupações de comerciantes não proprietários.

O rendimento médio dos autônomos apresenta algumas diferenciações entre as regiões, como é retratado nas Tabelas 28, 29 e 30. A Tabela 29, que apresenta estes rendimentos em Salários Mínimos, revela que no global, como é de se esperar, a remuneração dos autônomos está relacionada ao grau de desenvolvimento da região, desde que a região mais industrializada de São Paulo apresenta uma média de remuneração superior e o Nordeste mostra uma média consideravelmente inferior. As regiões do Rio de Janeiro, Sul, Minas e Espírito Santo e Centro-Oeste apresentam uma média superior a do total dos Conta Próprias, que se iguala à da média global dos trabalhadores brasileiros.

Os Quocientes de Diferenciação Regional permitem a constatação dos graus de divergências existentes. Na Tabela 29 são apresentados os indicadores com base cada categoria ocupacional separadamente, observando-se inicialmente que apenas em São Paulo, todos os resultados são superiores à unidade e o maior grau de afastamento positivo é significativo e se verifica entre os semi-qualificados. Por outro lado, o Nordeste é a única região a apresentar indicadores negativos em todas as categorias ocupacionais. Observando-se os Profissionais Liberais, é constatado que além desta última região mencionada, o Sul, Minas Gerais e Espírito Santo apresentam remunerações ligeiramente inferiores à média da categoria (entre 10% e 20%). Já entre os Outros Administradores, apenas São Paulo, Minas e Espírito Santo e a zona urbana do Norte se situam ligeiramente acima da média, enquanto as remunerações das demais regiões são inferiores, porém também com pouco afastamento.

**Tabela 28****Rendimento Médio\* da População Ocupada fora das Empresas por Categoria Ocupacional, segundo a Região**

Categorias Ocupacionais	BRASIL	RJ	SP	SUL	MG/ES	NE	C-O	NO
<b>BRASIL</b>	4	5	5	4	3	2	4	4
<b>Conta Próprias</b>	3	4	5	4	4	2	4	3
Profissionais Liberais	7	7	8	6	6	6	8	10
Outros Administradores	7	6	7	6	7	5	6	7
Qualificados <sup>(1)</sup>	5	5	6	4	4	3	4	3
Semi-qualificados	3	5	6	4	4	2	4	4
Não-qualificados	3	4	4	3	3	2	3	2

Fonte dos dados brutos: IBGE-PNAD/1997. Elaboração da autora. \* Em Salários Mínimos.<sup>(1)</sup> Sem nível Superior de escolaridade.

As divergências mais consideráveis nos níveis de remuneração de uma categoria se encontram entre os qualificados de nível técnico de escolaridade, que apresentam indicadores positivos para o Rio de Janeiro, São Paulo (maior afastamento, de 20%) e o Sul, enquanto as demais regiões se afastam negativamente, com maior grau no Nordeste e no Norte. Entre os semi-qualificados apenas o Nordeste apresenta remuneração inferior à média (30%), porém as intensidades dos afastamentos positivos são consideráveis para São Paulo (90%), como vimos, e para o Rio de Janeiro (50%). Estas duas últimas regiões também são as que apresentam relativamente maior nível de remunerações entre os não-qualificados e uma vez mais o Nordeste e o Norte são os espaços que apresentam dispersões negativas.

**Tabela 29**

**Quociente de Diferenciação Regional\* do Rendimento Médio da População  
Ocupada por Conta Própria segundo a Categoria Ocupacional**

<b>Categorias Ocupacionais</b>	<b>Brasil</b>	<b>RJ</b>	<b>SP</b>	<b>SUL</b>	<b>MG/ES</b>	<b>NE</b>	<b>C-O</b>	<b>NO</b>
<b>BRASIL</b>	1,0	1,3	1,4	1,0	0,9	0,6	1,0	1,0
<b>Conta Próprias</b>	1,0	1,3	1,7	1,2	1,2	0,7	1,3	1,0
Profissionais Liberais	1,0	1,1	1,2	0,9	0,8	0,9	1,1	1,5
Outros Administradores	1,0	0,8	1,1	0,9	1,1	0,8	0,9	1,0
Qualificados <sup>(1)</sup>	1,0	1,1	1,2	1,0	0,8	0,7	0,9	0,7
Semi-qualificados	1,0	1,5	1,9	1,3	1,2	0,7	1,3	1,2
Não-qualificados	1,0	1,4	1,4	1,2	1,0	0,8	1,1	0,8

Fonte dos dados brutos: IBGE-PNAD/1997. Elaboração da autora. \* Base=Total da Categoria Ocupacional

<sup>(1)</sup> Sem nível Superior de escolaridade.



**Tabela 30**

**Quociente de Diferenciação Regional do Rendimento Médio\* da População  
Ocupada por Conta Própria segundo a Categoria Ocupacional**

<b>Categorias Ocupacionais</b>	<b>RJ</b>	<b>SP</b>	<b>SUL</b>	<b>MG/ES</b>	<b>NE</b>	<b>C-O</b>	<b>NO</b>
<b>BRASIL</b>	1,3	1,4	1,0	0,9	0,6	1,0	1,0
<b>Conta Próprias</b>	1,1	1,4	1,0	1,0	0,6	1,1	0,8
Profissionais Liberais	2,1	2,3	1,7	1,6	1,8	2,1	2,8
Outros Administradores	1,6	2,1	1,7	2,0	1,5	1,8	1,9
Qualificados <sup>(1)</sup>	1,4	1,6	1,2	1,0	0,9	1,1	0,9
Semi-qualificados	1,3	1,6	1,1	1,0	0,6	1,1	1,0
Não-qualificados	1,0	1,0	0,8	0,7	0,6	0,8	0,6

Fonte dos dados brutos: IBGE-PNAD/1997. Elaboração da autora. \* Base=Total do Brasil. <sup>(1)</sup> Sem nível Superior de escolaridade.

A comparação tendo como base a média total dos rendimentos do Brasil, conforme retratado na Tabela 30, permite confirmar a constatação de que no Nordeste a média dos rendimentos dos Conta Próprias é inferior à média brasileira num grau considerável (40% abaixo) e na zona urbana do Norte se mostram 20% inferiores. A remuneração média em São Paulo é 40% superior à brasileira como um todo e no Rio de Janeiro e Centro-Oeste são apenas 10% superiores.

Os afastamentos positivos em relação à remuneração média brasileira, verificados entre os Profissionais Liberais são superiores na zona urbana do Norte (180%), pelo fato de que nas outras regiões a zona rural contribui para a diminuição da média, porém também significativas são os quocientes apresentados pelo Rio, São Paulo e Centro-Oeste, que se afastam entre 110% e 130%, e com uma intensidade também considerável, se mostram as demais regiões (entre 60% a 80%). Os ocupados como Outros Administradores também apresentam vantagens consideráveis nas remunerações com relação à média do trabalhador brasileiro em todas as regiões, com maior grau em São Paulo, Minas e Espírito Santo (120% e 110% respectivamente).

Dos qualificados sem nível superior de escolaridade, apenas o Nordeste e a zona rural Norte revelam rendimentos cerca de 10% inferiores, enquanto que a superioridade da região mais industrializada chega a 60%. Este mesmo diferencial positivo para esta região é encontrado para os semi-qualificados, entre os quais, apenas o Nordeste se afasta negativamente (40%) enquanto as demais se encontram próximos à média e o Rio de Janeiro mostra uma superioridade em torno de 30%. Finalmente, observa-se que os ganhos dos não-qualificados equivalem à média brasileira em São Paulo e no rio de Janeiro, porém são inferioridade nas demais regiões se situam entre 20% (no sul e Centro-Oeste) e cerca de 40% (nas demais).

#### **IV. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A escolha do tema deste trabalho objetivou fornecer subsídios ao planejamento governamental e privado, examinando o perfil dos trabalhadores por Conta Própria no Brasil, bem como as diferenças regionais nestas características. No decorrer deste estudo buscou-se detectar ainda a determinação dos fatores preponderantes que condicionam a distribuição regional da população ocupada por Conta Própria, que se apresenta de forma estruturada e diferenciada em cada espaço, de acordo com as características regionais ou as espacialidades específicas. Assim, a parte teórica do trabalho constata de que a divisão do trabalho em uma sociedade apresenta padrões específicos relacionados ao nível de desenvolvimento econômico, bem como uma capacidade de mantê-los relativamente estáveis, o que caracteriza uma estrutura, que envolve características próprias de um sistema.

Partindo de uma abordagem econômica, observa-se que as diferentes espacialidades acarretam em distintos graus de acumulação de capital e de inovação tecnológica em seus processos produtivos, que definem os níveis regionais de desenvolvimento econômico; estes reforçam-se muitas vezes por mecanismos de economias de aglomeração e por movimentos migratórios num processo de realimentação de desigualdades. Estes fatores condicionam a estruturação ocupacional em cada

espaço, desde que em uma economia capitalista, a competição entre os capitais e a procura da ampliação da produtividade por meio do aumento das escalas de produção ou por outras formas de produção, irão determinar o ritmo da inovação tecnológica (Kon, 1995).

No sentido de se examinar mais detalhadamente a composição específica da estrutura ocupacional brasileira, foi definida neste trabalho uma Tipologia de Ocupações para os trabalhadores por Conta Própria, cujas categorias foram selecionadas de acordo com critérios teóricos estabelecidos a partir das análises desenvolvidas em estudo anterior (Kon, 1995), objetivando qualificar e quantificar, os padrões particulares desta distribuição.

As categorias ocupacionais foram definidas primeiramente segundo o nível de qualificação e em segundo lugar, de acordo com a participação do trabalhador no processo de produção, como proprietário ou como pertencendo à área de produção direta de bens e serviços ou à área burocrática ou de escritório. Ainda desagregando estas categorias, foram estabelecidos níveis de qualificação do ocupados. Este exame foi efetuado a partir de abordagens diversas como a distribuição por gênero, segundo, a escolaridade, a jornada de trabalho e a remuneração média, para o global do país e a nível setorial e regional.

Nesse sentido, foram observados alguns aspectos preponderantes, que caracterizam os padrões dessa estruturação e que definem a tipicidade brasileira. No que se refere à distribuição global do país, as maiores alterações nesta última década, se apresentaram na elevação de ocupações em condições de vínculo empregatício sem carteira de trabalho assinada e de ocupações de trabalho autônomo. Observa-se também que entre os autônomos brasileiros a quase totalidade se aloca na área da produção direta de bens e serviços e uma minoria na área burocrática.

Por outro lado, os trabalhadores autônomos são representados em mais da metade por ocupações classificadas como pertencentes ao grupo semi-qualificados e a

representatividade de não-qualificados, na maior parte em ocupações relacionadas a trabalhos braçais ou como comerciantes não proprietários, é menos significativa que a categoria anterior. Estes trabalhadores semi-qualificados se apresentam com um heterogeneidade significativa em relação a rendimentos médios e nível de escolaridade

Observam-se diferenças setoriais consideráveis nas estruturações ocupacionais, de acordo com a natureza das atividades e o nível de desenvolvimento tecnológico: os setores mais modernizados absorvem um menor percentual de autônomos, que se concentram particularmente em atividades terciárias do Comércio, de Manutenção e Reparação e nas denominadas Atividades Sociais (particularmente ensino e Saúde). No entanto, estes padrões médios da divisão do trabalho do país, revelam divergências consideráveis quando observados para os diversos espaços, tendo em vista além dos condicionantes históricos e da disponibilidade de uma base de recursos naturais e materiais, outros determinantes macro-sociais, que estabelecem uma qualidade específica para cada espaço considerado, que assume padrões diferenciados de distribuição ocupacional, com divergências com relação à tipicidade nacional como um todo. Verificou-se que a capacidade de cada região de desenvolver estruturas produtivas diferenciadas, se configura em padrões específicos de ajustamento da mão-de-obra

Dessa forma foram qualificadas algumas diversidades predominantes nestas características da distribuição ocupacional, que permitiram a classificação de três padrões distintos estruturais. Primeiramente, um padrão específico das regiões mais avançadas, configurado nas regiões de São Paulo e Rio de Janeiro que, embora com algumas diferenças na composição estrutural, apresentam o maior nível de desenvolvimento (representado pela Renda *per capita*). Como resultado de estruturas produtivas mais modernizadas, revelam uma participação mais elevada de ocupados por Conta Própria com melhores condições de rendimentos e escolaridade.

Um segundo padrão bem definido de estruturação ocupacional é encontrado nas regiões do Sul, na região de Minas Gerais e Espírito Santo e no Centro-Oeste, onde os índices de diferenciação, de uma maneira geral, são os que mais se aproximam da média nacional em quase todos os aspectos examinados, equivalendo portanto a níveis intermediários de desenvolvimento entre as regiões nacionais. As duas primeiras regiões apresentam estruturas produtivas semelhantes e padrões de distribuição da população ocupada também aproximados, com especialização nas atividades agropecuárias. O Centro-Oeste se distancia ligeiramente destas, ao apresentar a participação superior de autônomos, e intensidades de dispersões superiores masculinas, com especialização na Indústria Extrativa Mineral e no setor Terciário.

O terceiro padrão encontrado, que se diferencia consideravelmente dos demais, dá respeito às características da região do Nordeste, que é a que mais se distancia da distribuição nacional, revelando padrões de intensidade das dispersões abaixo da média global do país, na representatividade das categorias mais qualificadas, da classe dirigente e da administração. Os índices de diferenciação refletem formas mais tradicionais nos processos de produção e no que se refere à introdução da modernização tecnológica, dado que revelam maior participação de não-qualificados na estruturação ocupacional dos autônomos. Por outro lado, os índices de dispersão dos níveis de escolaridade e dos rendimentos médios também apresentam maiores intensidades negativas, ou seja participação mais intensa de trabalhadores em níveis abaixo da média nacional, acompanhados de uma situação relativamente desfavorável na situação de escolaridade. No que se refere à distribuição segundo o gênero, observa-se a maior participação feminina relativamente às demais regiões.

Dessa forma, é possível inferir-se que a condição do trabalhador autônomo está fortemente relacionada com o nível de desenvolvimento econômico que reflete condições estruturais por um lado, porém de outro lado se associa também fortemente às questões conjunturais e à capacidade de cada espaço regional de resolver com maior ou menor adequação às pressões da força de trabalho para a

criação de empregos nas empresas. Em períodos de estagnação das atividades econômicas a representatividade dos trabalhadores por Conta Própria se eleva paralelamente à precarização das condições de remuneração. No entanto observa-se que entre estes trabalhadores autônomos uma parcela de ocupações mais privilegiadas, que requerem maior qualificação do trabalhador, apresentam condições mais favoráveis de rendimentos do que trabalhadores em empresas e dessa forma é de se supor que parte destes ocupados optam por permanecerem na condição de Conta Próprias, que nesta situação proporcionam maiores benefícios. Com relação às mulheres, verifica-se em muitos casos também a opção por este tipo de situação, desde que a autonomia em relação a horário mais rígido da jornada de trabalho e a possibilidade de desenvolver o trabalho a domicílio favorece parte da população trabalhadora feminina.

## V. BIBLIOGRAFIA

ABREU, Alice, R. de Paiva e SORJ, Bila, “Trabalho a Domicílio nas sociedades Contemporâneas - Uma Revisão da Literatura Recente”, em Abreu, A .R.P. (org) *O Trabalho Invisível*, Rio de Janeiro, Rio Fundo Editora, 1993.

ARONSON, Robert L., *Self-employment: a labor market perspective*, New York, ILR Press, 1991.

BARROS, Alexandre Rands e LEMOS, Sara, “Salário mínimo e salário médio na economia brasileira”, em *Anais do XXVI Encontro Nacional de Economia*, Vitória, ANPEC, 1998.

BERNHART, Iwin, “Comparative advantages in self-employment and paid work”, *Canadian Journal of Economics*, v. 27, N. 2, May/1994.

BRUSCHINI, C. e LOMBARDI, M.R., “O trabalho da mulher brasileira nos primeiros anos da década de noventa”, em *Anais do Encontro Nacional de Estudos Populacionais*, vol. 1, Caxambu, ABEP, 1996.

BRUSCHINI, Cristina, “Desigualdades de Gênero no Mercado de Trabalho Brasileiro: o Trabalho da Mulher nos Anos Oitenta”, em Fernandes, Reynaldo (org.) *O Trabalho no Brasil no Limiar do Século XXI*, São Paulo, Ed. LTr, 1995.

BRYSON, Alex & WHITE, Michael, *From unemployment to self-employment: the consequences of self-employment for the long-term unemployed.*, London, Policy Studies Institute, 1996.

\_\_\_\_\_, *Moving in and out of self-employment*, London, Policy Studies Institute, 1997.

CACCIAMALI, Maria Cristina, *O setor informal urbano e formas de participação na produção*, São Paulo, Ed. IPE, 1983.

\_\_\_\_\_, *Informalização Recente do Mercado de Trabalho Brasileiro*, São Paulo, OIT/MTb- FIPE/USP, 1989, mimeo.

\_\_\_\_\_, *Globalização e processo de informalidade*, Texto para Discussão N° 01/2000, São Paulo, IPE/USP, 2000.

ILO, *Year Book of Labour Statistics*, Geneve, ILO, 1997.

CARNEIRO, Francisco G. e FARIA, João R., “ O salário mínimo e os outros salário no Brasil “, em *Anais do XXVI encontro Nacional de Economia*, Vitória, ANPEC, 1998.

KON, Anita, *A Estrutura Ocupacional Brasileira: uma abordagem regional*, Brasília, SESI, 1995.

---

\_\_\_\_\_, *Transformações recentes na estrutura ocupacional brasileira: impactos sobre o gênero*, Relatório N° 19/1999, São Paulo, NPP-EAESP/FGV, 1999.

\_\_\_\_\_, *A Produção Terciária*, São Paulo, Editora Nobel, 1992.

LAVINAS, Lena (coord.), SORJ, Bila, BARSTED, Leila L. e JORGE, Angela, *trabalho a domicílio: novas formas de contratualidade*, Texto para Discussão N° 717, Rio de Janeiro, IPEA, 2000.

MARX, Karl, *O Capital*, São Paulo, Abril Cultural, 1983.

NUNURA, Juan Bautista Chully, *Ajustamento e informalidade no mercado de trabalho peruano: 1950-1989*, Tese de Doutorado, São Paulo, IPE/USP, 1992.

IBGE, *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios*, CD ROM- Microdados, Rio de Janeiro, IBGE, 1997

IBGE, *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios*, Volume 21/ Brasil, Rio de Janeiro, IBGE, 1999

OIT, *Employment, income and equality: a strategy for increasing employment in Kenya*, Geneve, OIT, 1972.

\_\_\_\_\_, *15ª Conferência de Estatísticas do Trabalho*, Genebra, OIT, 1993.

PAMPLONA, João Batista, *Erguendo-se pelos próprios cabelos. Auto-emprego e reestruturação produtiva no Brasil*, São Paulo, PUC/SP, Tese de Doutorado, 2000.

PIRES, Elson L.S., *Metamorfose e regulação: o mercado de trabalho no Brasil dos anos 80*, São Paulo, FFLCH/USP, Tese de Doutorado, 1995.



PRUGL, E. “Bias in labour law. A critique from the standpoint of homebased workers”, em Boris, E . e Prugl, E ., *Homeworkers in global perspective. Invisible no more*, New York, Routledge, 1996.

SINGER,H e JOLLY, R., “Dewempleo en um contexto africano: enseñanzas de la Misión Sobre Estrategia del Empleo enviada a Kenia”, em *Revista Internacional del Trabajo*, Vol. 87, nº 2, fev., Geneve, OIT, 1973.

SOUZA, P.R., *A determinação da taxa de salários em economias atrasadas*, Tese de doutoramento, Campinas, IFCH/UNICAMP, 1980.

SOUZA, P. R. e TOKMAN, V. E., “El sector informal urbano”, em *El empleo en américa Latina*, México, Ed. Siglo XXI, 1976.

STEINMETZ, G. & WRIGHT, E. O ., “The fall and rise of the petty bourgeoisie: changing patterns of self-employment in the postwar United States”, in *American Journal of Sociology*, V. 94, March/1989.

TANZI, Vito, *The Underground Economy in the United States and Abroad*, Lexington Heath Works, 1982.

TATE, J., *Every pair tells a story*, UK, Employment and Industrial Affairs, 1996.

## **ANEXO**

### **CLASSIFICAÇÃO DE OCUPAÇÕES**

#### **Profissionais Liberais**

Engenheiros; arquitetos; agrimensores; cartógrafos; outras ocupações da engenharia; químicos; farmacêuticos; físicos; geólogos; agrônomos; biólogos; farmacologistas; veterinários; médicos; dentistas; enfermeiros diplomados; outras ocup. de Medicina; acadêmicos de hospitais; ortopedistas/óticos; geógrafos; professores; matemáticos; estatísticos; analistas de sistemas; economistas; contadores; sociólogos, psicólogos; assistentes sociais; outros cientistas sociais; advogados; escritores; jornalistas.

#### **Outros Proprietários**

Comerciantes; agricultor; criador bovino; criadores diversos; proprietário agropecuário sem especialização; outros proprietários; produtores e diretores de espetáculos.

#### **Qualificados (sem nível superior)**

Técnicos em edificações; outros técnicos da química/física; técnicos químicos; práticos em Farmácia; técnicos em Meteorologia; operadores de equipamentos médicos; técnicos em análises clínicas; professores de pré-escola; professores de escola profissional; inspetor de alunos; tabeliães; religiosos; técnicos em

agropecuária; técnicos de empresas extrativas minerais; técnicos da Indústria de Transformação; técnicos em energia elétrica; avaliadores, leiloeiros; outros agentes corretores; comissários de bordo; jogador de futebol; lutador/atleta; juiz de esportes; técnico de esportes. Empregados nas ocupações de: enfermeiros não diplomados; parteiras; escultor, pintor; decorador/cenógrafo; fotógrafo; músicos/compositores; artistas de TV, cinema e teatro; artistas de circo; locutores/comentaristas; operadores de equipamentos de som e cenografia; outros operadores de rádio/TV; operadores de projetores de cinema.

### **Semi-qualificados**

Desenhistas; tratoristas agrícola; outros trabalhadores agrícolas; caçadores; pescadores; madeireiros; lenhadores; cavoeiros; seringueiros; ervateiros; apanhadores de produtos vegetais; mineiros; canteiros/marroeiros; operadores de máquinas da extração mineral; trabalhadores da extração de gás petrolífero; garimpeiros; salineiros; sondadores de poços de gás; forneiros metalúrgicos; laminadores; trefiladores; modeladores; galvanizador; afiadores/amoladores; polidores; esmeriladores; ferramenteiros; estampadores mecânicos; operadores de prensa; fresador/furador; torneiro mecânico; ajustador; montador; fogueteiros; vassoureiros; marmoristas; preparadores de fumo; charuteiros; cigarreiros; pintores a pistola; operadores de empilhadeiras; foguistas; vendedores; tripeiros; praticistas e viajantes; representantes comerciais; propangandistas; foguista de embarcações; marinheiro civil; taifeiros; barqueiro; canoeiro; guindasteiro; trocadores; bombeiros; dedetizadores; lubrificadores; operadores de tratamento de água; operadores de máquina exc. agropecuária. Empregados nas ocupações de: massagistas; artesões; mecânico de veículos; mecânicos; soldadores; rebitadores; caldeireiros; ferreiros/serralheiros; funileiros; rendeiros; urdidores; cordoeiros; tecelões; tapeceiros; redeiros; alvejadores de tinturaria; estampador têxtil; acabador de pano; correeiro; seleiro; curtidores; alfaiates; costureiros; auxiliar de costura; calceiros/camiseiros; modelistas; cortadores; bordadeiras; cerzideiras; chapeleiro de

palha; chapeleiro exclusive palha; sapateiros; bolseiros; cinteiros; marceneiro; carpinteiro; tonoeiros; operadores de máquina de marcenarias; serradores; preparadores de compensados; estofador capoteiro; colchoeiros; lustrador de madeira; cesteiro e esteireiro; montador de equipamento elétrico; montador de equipamento eletrônico; reparador de equipamentos; montador de rádio/TV; reparador de rádio/TV; eletricista instalador; instrum. de reparação de equipamentos telefônicos; instrum. de reparação de linhas elétricas; operador de instrumentos de energia elétrica; armador de concreto; pedreiros; serventes de pedreiros; pintores; caiadores; estucadores; vidraceiros; calceteiros; asphaltadores; calafetes; operadores de máquinas da construção civil; linguiceiros; salsicheiros; charqueadores; magarefes; doceiros; confeiteiros; macarroneiros; pasteleiros; padeiros; farinheiro, moleiro; ocup. da indústria de açúcar; ocup. da indústria de bebidas; ocup. da indústria de café; ocup. da indústria pescado; ocup. da indústria de chá; ocup. da indústria de oleagionosos; ocup. da indústria alimentícia; linotipistas; tipógrafos; clichéristas e gráficos; impressores; revisores da indústria gráfica; encadernador; outras ocup. da indústria gráfica; vidreiro; ampoleiro; ceramista; louceiro; pintores da cerâmica; oleiros; ourives; relojoeiros; lapidadores; borracheiros; vulcanizadores; garçons; atendentes de bar; cabeleireiros; barbeiros; maquiladores; manicuro e pedicuro; outras ocup. mal definidas; cozinheiros; jardineiros exclusive lavoura, corretores, datilógrafas, secretárias, auxiliares de escritório.

### **Não-qualificados**

Estivadores; carroceiros; tropeiros; bilheteiros diversos; lixeiros. Empregados nas ocupações de: lavadeiras e passadeiras; camareiros; feirantes; aguadeiros; doceiros; quitandeiros; engraxates; trabalhador braçal; porteiros; ascensoristas; vigias; serventes; contínuos; carcereiros; aprendizes. Empregados nas ocupações de guarda-vigia particulares; guardadores de automóveis.